



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ALEX DOS SANTOS ROCHA

Precarização do trabalho docente: a “plataformização” da educação

Brasília, 2024



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ALEX DOS SANTOS ROCHA

Precarização do trabalho docente: a “plataformização” da educação

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de Brasília - Faculdade de educação, como requisito parcial para obtenção de título de licenciado em Pedagogia, sob orientação do Professor Dr. Wanderson Barbosa.

Brasília, 2024

ALEX DOS SANTOS ROCHA

Precarização do trabalho docente: a “plataformização” da educação

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de Brasília - Faculdade de Educação, como requisito parcial para a obtenção de título de licenciado em Pedagogia, sob a orientação do professor Dr. Wanderson Barbosa.

Data de aprovação:

Banca Examinadora

**Professor Dr. Wanderson Barbosa dos Santos - Faculdade de Educação
(Orientador)**

Professora Dra. Silmara Carina Dornelas Munhoz - Faculdade de Educação

Wilder Silva de Souza - Faculdade de Educação

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial o meu pai Antônio Izaias Rocha, que com toda certeza fez tudo o que estava ao seu alcance para me oferecer uma boa educação.

Aos amigos que não mediram esforços para contribuir com o meu sonho e me ajudaram a continuar acreditando e persistindo. Em especial, Riquelme Pereira, Victor Hugo Braga, Ercilia Louzada, Ana Queiroz e Mariana Nascimento.

A toda cultura periférica, em especial o funk e o hip hop que me ensina muito a cada contato.

E a Universidade de Brasília, em especial a todo o corpo de docentes e aos colegas da Faculdade de Educação que estiveram e permanecem todos os dias desses 5 anos participando ativamente da minha vida durante a graduação.

Agradeço ao professor Wanderson Barbosa dos Santos que orientou esta pesquisa. E por fim, agradeço a professora Silmara Carina Dornelas Munhoz e ao professor Wilder Silva de Souza por participarem da banca avaliadora deste trabalho final de curso.

Brasília, 2024

RESUMO

O tema central desta pesquisa é a precarização do trabalho docente a partir da relação entre o capital financeiro e a rede escolar brasileira por meio da plataformização digital observando o período de 2020 a 2023. Em razão das consequências da pandemia de covid-19 no Brasil, o Estado e as grandes empresas de tecnologia orientaram as atividades para a promoção do ensino remoto, sobretudo, concepções educacionais que insinuam o uso de tecnologias dentro do ambiente escolar. Estudaremos essas insinuações a partir do tema da uberização¹ do ensino que adentra as escolas públicas e privadas no Brasil. Da perspectiva desta pesquisa, é possível observar a transformação da escola em uma mercadoria fracionada que é oferecida e vendida a empresas do ramo tecnológico, esse processo altera as experiências pedagógicas e a forma como a identidade docente é pensada. Os objetivos da minha investigação são analisar como a precarização do trabalho docente está ligada às novas relações trabalhistas que estão sendo condicionadas a plataformas de comunicação e ensino, e analisar os impactos dessas reformas calcadas na acumulação de capital financeiro na vida do profissional de educação. Para esta pesquisa, utilizamos as discussões sobre precarização do trabalho contemporâneo e os debates sobre a uberização do trabalho docente. Para além da análise textual sobre o tema foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório no qual foram analisadas respostas de 19 profissionais de educação atuantes no Distrito Federal (na rede pública e privada de ensino, em universidade federal e empresas) e que trabalharam no período remoto de ensino durante a pandemia de COVID-19. Foi possível concluir que as reformas impostas à escola e aos profissionais docentes a partir do ensino mediado por plataformas de comunicação impactam de forma contundente o tempo, o trabalho e a saúde desses profissionais e impactam de forma direta o ensino dos discentes.

Palavras chaves: precarização; uberização; plataformização; docente; escola; educação;

¹ Processo que relações de trabalho são individualizadas e invisibilizadas assumindo o papel de prestação de serviços obliterando o assalariamento e as relações de trabalho. Antunes, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo Editorial, 2020.

SUMÁRIO

Memorial	10
Introdução	18
1. A identidade do trabalhador docente no Brasil após a Lei 9.394/96	19
1.1. A privatização do ensino	22
2. A uberização do trabalho	26
2.1 O ensino brasileiro durante a pandemia de COVID-19	30
2.2 A desregulamentação de plataformas virtuais no ensino brasileiro a partir da pandemia de COVID-19 e os impactos no trabalho docente	35
3. A pesquisa	40
Gráfico I	41
3.1. O trabalho docente no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 e seus impactos	41
Gráfico II	42
Gráfico III	43
Gráfico IV	43
Gráfico V	45
Gráfico VI	46
3.2 Raça e gênero	46
Gráfico VII	47
Gráfico VIII	47
Gráfico IX	48
Gráfico X	49
Conclusões	50
REFERÊNCIAS	53

Dedico esse trabalho final ao meu pai, Antonio Izaias Rocha, a memória de Jhony de Oliveira, a todos os amigos que caminham comigo e a toda cultura periférica do Brasil. Todos responsáveis e presentes em toda a minha história.

Memorial

Meu nome é Alex dos Santos Rocha e, no momento em que escrevo esse memorial acadêmico, tenho 24 anos de idade e resido no Paranoá (Distrito Federal). A minha trajetória de vida e os anos de estudo no ensino médio são parte constitutiva de minha história com a Universidade de Brasília e o curso de pedagogia. Sou filho de pai e mãe nordestinos que se separaram mesmo antes do meu nascimento, a parte materna sempre foi ausente fazendo meu pai assumir todas as responsabilidades atribuídas a minha vida a ele. Eu cresci no Itapoã, ainda em um período de invasão de terras, ali onde presenciei muitos assaltos, venda e consumo de drogas e assassinatos, mas sempre me encontrei na fala do meu pai, Antonio Izaias Rocha, que, carinhosamente me pedia para eu não fazer o mesmo porque já sabia como era o final de muitas histórias. Apesar de nunca ter direcionado um “eu te amo” ou até mesmo um “eu acredito em você” diretamente a mim, sinto que o amor dele estava nas palavras, avisos e conselhos apesar de todas as dificuldades que enfrentava. A parte materna foi ocupada rapidamente pela minha tia e madrinha Maria Selma Lima Rocha, que até mesmo me amamentou e por muitas vezes me incluiu na família dela criando um laço de irmão entre eu e a minha prima, Leticia Rocha. Anos mais tarde tive a honra de deixar de ser filho único do meu pai para me tornar irmão mais velho, com a chegada do meu irmão Lucas Rocha. Sinto que a vida me deu a possibilidade de tentar melhorar como ser humano mesmo que muito cedo, afinal de contas agora também era exemplo de outra pessoa. Sou o primeiro da família a ingressar na graduação e em uma universidade federal por isso sei que lembrar da família em um primeiro momento e deixar aqui registrado o meu muito obrigado é também reconhecer que eu não ando só e toda e qualquer realização na minha vida profissional e acadêmica são também conquistas deles.. Apesar desse contato familiar não existir mais de forma literal, ele foi muito importante para a minha formação de vida.

Em 2016 eu cursava no CEF 05 do Paranoá o primeiro ano do ensino médio, uma escola adversa até mesmo para a realidade da escola brasileira atual, isso por conta dos altos índices de criminalidade dentro do espaço escolar. Ali participei do primeiro grêmio estudantil, eleito democraticamente pelos próprios estudantes. Uma figura de suma importância na minha vida, Riquelme Pereira (amigo), teve a iniciativa de me convidar a participar de um passeio escolar do CEF 05 à

Universidade de Brasília, que confesso ter naquele momento total desconhecimento do que se tratava. A possibilidade de cursar uma graduação, sobretudo em universidade pública raramente é comentada dentro das escolas de periferia e nesse caso não foi diferente. A gente só pode iniciar as discussões sobre o ingresso na universidade e no que se dedicar após o fim do período escolar nos anos de ensino médio.

A visita a UnB aflorou em mim uma certeza de vida, era ali o meu lugar e onde eu queria estar. A UnB a partir desse dia se tornou uma ambição e principalmente um sonho. Foram 3 longos anos de preparação e estudo para as provas do PAS (Programa de Avaliação Seriada), essas etapas contaram com a ajuda importantíssima do professor Vinicius Elias do CED Darcy Ribeiro, uma escola também do Paranoá. É importante reconhecer o trabalho do professor Vinicius aqui porque ele não ajudou a mudar somente a minha história de vida, mas a de centenas de jovens que ingressaram na Universidade de Brasília através do seu cursinho popular e gratuito para a preparação do PAS e do Enem.

Se passaram muitos anos e meses para eu decidir de fato qual curso iria tentar ao final da terceira etapa do vestibular. Era 2018, eu já trabalhava no Centro de Ensino Especial 02 de Brasília como Educador Social Voluntário, experiência que me mudou profundamente como ser humano, pelas responsabilidades de estar lidando com diferentes pessoas com deficiências e por ter certeza de como o meu trabalho resultaria em uma transformação na vida do próximo. Essa experiência trabalhista mas também de vida me fez ter certeza que eu deveria cursar a graduação de pedagogia. Entretanto em 2018, já no final da preparação para a prova da terceira etapa (sendo essa a nota de maior peso das 3 provas) a minha relação com meu pai e minha madrasta foi completamente minada e já não existia mais motivos para tentar mantê-la, o que me motivou a sair de casa ainda com 18 anos e ir morar de favor na casa de outro amigo muito importante, o Venicio Castro, que juntamente com sua família me receberam de portas abertas para residir ali até eu conseguir me estabilizar. Tia Roseli (mãe do Venicio) como carinhosamente sempre a chamei não somente fez questão de abrir as portas da residência dela para receber um amigo do filho, como nunca deixou eu de lado na casa em momento nenhum, nunca me tratou com indiferença e fez questão de deixar eu sair somente após conseguir estabilizar todo o turbilhão de coisas que aconteceria no final daquele ano até o final do ano de 2019. Essa responsabilidade não era dela,

mas ela nunca me cobrou absolutamente nada, só me ajudou no momento mais difícil da vida. Eu não consigo de nenhuma maneira escrever e relatar aqui o tamanho da minha gratidão a ela, mas deixo um muito obrigado simbolizando o quanto foi importante e sou grato por todo o apoio que ela e sua família me deram.

No meio de toda a minha confusão pessoal, pessoas importantíssimas não mediram esforços para me ajudar, isso aconteceu com o Wellison Melo, que fez questão de emprestar o valor referente ao pagamento da última prova do vestibular, esse dinheiro por sinal eu só consegui pagar a ele meses depois. Outra pessoa chave nessa história foi a Cecília Sousa, que não mediu energia para me entregar num sábado à noite, mesmo chovendo o cartão de passagem que pegou emprestado com o irmão para que eu pudesse ir fazer a última prova do PAS. A essas pessoas também deixo o meu agradecimento. Não podia de maneira alguma contar a minha relação com UnB sem antes lembrar e agradecer pessoas fundamentais que me ajudaram a estabelecer elo entre eu e o meu sonho, só assim me permitindo ir na mesma universidade que um dia entrei como visitante agora entrar como aluno. A minha nota foi a mais alta da minha concorrência no curso que tanto desejei e foi também a segunda maior do cursinho, isso não é resultado somente do meu esforço individual mas também do esforço coletivo de todas as pessoas citadas até aqui e também de tantas outras que passaram pela minha caminhada.

No primeiro semestre de 2019 eu oficialmente era um aluno de pedagogia na Universidade de Brasília. Ingressar na UnB e no curso de pedagogia já era o sonho de vida que eu tanto desejei, talvez me ajudasse a passar em algum concurso, mas ainda não era nada além disso. O contato com as diferentes realidades dos colegas, a descoberta do campus, de Brasília e dos novos caminhos que posso trilhar mudaram a minha vida por completo desde a primeira aula na Faculdade de Educação com a professora Kátia Curado. O sonho da docência se multiplicou em mim assim como o sonho da pesquisa que eu trato na minha vida com tanto carinho e cuidado. A professora Cláudia Linhares Sanz naquele primeiro semestre foi a docente de ETEC (Educação, Tecnologia e Comunicação), disciplina essa que cultivou em mim um carinho muito especial pela sociologia e filosofia, sobretudo na relação estabelecida com a sociedade contemporânea. Por algumas vezes a professora Claudia tirou dinheiro do próprio bolso para imprimir os textos da disciplina e me entregar em mãos para eu ter acesso ao conteúdo que seria

discutido, fica aqui também o meu muito obrigado a ela, com certeza ainda é um prazer encontrá-la nos corredores da FE.

Ainda no primeiro semestre conheci a saudosíssima professora Mônica Azevedo de Psicologia da Educação, uma pessoa importante não somente na minha graduação mas também de total importância na minha vida. Como já relatado aqui, 2018 foi um ano difícil e entrar na UnB em 2019 me fazia ter ocupação para não pensar na minha vida e nos problemas que precisava resolver, mas as ocupações não apagavam o meu passado e as memórias que tinha com ele e em algum momento eu precisava pensar sobre tudo. Após o primeiro semestre decidi tentar a disciplina Tópicos Especiais em Psicologia, que se tornou um importantíssimo espaço de escuta de todos que estavam ali. Por dias esperava ansioso a quarta feira de manhã para encontrar os colegas e a professora Mônica, que por sinal em alguns momentos chorou escutando os meus relatos de vida mas nunca me deixou sem apoio ou me negou acolhimento. O único pedido que ela me fez ao final da disciplina foi provavelmente o que eu precisava fazer para permanecer vivo e com fé no que eu acredito, que foi justamente acreditar mais em mim e na minha potência enquanto ser humano. Durante o último encontro daquela disciplina, um amigo oculto foi feito entre os colegas da turma e nele eu ganhei um carrinho azul de brinquedo que simboliza uma das minhas histórias de vida, ele eu coleí na porta do guarda-roupa para lembrar diariamente que toda história pode ter um novo significado assim como foi pedido pela colega que me deu ele de presente. A professora Mônica é uma dessas pessoas que eu não consigo relatar em palavras o tanto que representa na minha vida, só posso deixar um muito obrigado também por ter me salvado do meu próprio eu tantas e tantas vezes ao longo daquele segundo semestre de 2019.

Mas por falar em vida salva, devo lembrar o apoio estatal e o comprometimento da própria universidade de Brasília para a permanência dos estudantes. Políticas de assistência estudantil são fundamentais para garantir não somente o acesso, mas a vida de quem estuda. Eu sou também um dos frutos da política de assistência estudantil, a mim foi concebida logo ao final do primeiro semestre, e naquele momento já tinha completado 6 meses que eu não tinha mais qualquer tipo de contato com meu pai. Em momentos delicados como foi a pandemia de COVID-19 a assistência estudantil garantiu a minha alimentação, o aluguel, e a possibilidade de permanecer sonhando. Ser assistido pelo Estado com toda certeza foi o que me fez permanecer na Universidade até o final do curso, obviamente essa

renda foi também complementar a renda que eu consegui trabalhando, (durante todo o curso por sinal).

Por muitas vezes fui a algumas escolas do Paranoá conversar com os alunos do ensino médio sobre a Universidade e percebi que muitos não conseguiam imaginar um semelhante deles ali, fazendo ciência e estudando em uma universidade tão grande e respeitada. Ainda não consegui responder o que me pergunto desde que entrei na universidade de Brasília que é justamente buscar uma aproximação real e acessível da periferia a ciência e sobretudo a Universidade, espero em algum momento conseguir respostas e meios de solucionar esse problema. Sinto que a criminalidade que eu mesmo vi no começo dos anos 2000 não diminuiu e os jovens que vêm do mesmo lugar que eu venho, em grande quantidade ainda perdem sua vida para o crime e a maldade, Isso responde a uma das minhas dúvidas de “porque pessoas como eu não estão na Universidade?”. Assim como os alunos do ensino médio que não se viam em mim e nos meus colegas universitários, eu também não me vi em ninguém assim que ingressei no curso. Fiz questão de não esquecer da bermuda tadel, da corrente de prata, do hip hop e do funk que se tornaram elementos essenciais para a construção e identificação do meu próprio pertencimento à universidade. Ainda em 2019 tive a oportunidade de receber os alunos do CED 01 do Paranoá na Universidade de Brasília (esse era a mesma excursão que eu fiz há anos atrás) e ali tive certeza de como é importante enfatizar que esse espaço é nosso também, que eles também podem ser estudantes da UnB e que são todos bem vindos. Ali não estava nenhum superior mas um semelhante em corpo vivo.

Apesar da UnB ser um grande sonho eu tive muita dificuldade de me sentir incluído, esse é um problema relatado por tantos outros colegas que vem dos lugares que eu também vim. Duas pessoas no entanto se fizeram presentes na minha vida como dois anjos, Mariana Carvalho e Ana Karolina Queiroz que não me deixaram só durante todos esses 5 anos de graduação. Colecionamos juntos todos os desafios e felicidades durante essa graduação por ingressar no mesmo semestre e provavelmente por terminar o curso no mesmo semestre também. Com o tempo a vida adulta foi batendo na porta junto com as responsabilidades e o contato pessoal junto com o abraço confortante que sempre nos manteve unidos foi se tornando mais difícil de ser dado presencialmente o que de maneira nenhuma fez essa amizade e amor acabar. A elas deixo também o meu sincero agradecimento, por

muitas vezes ter me consolado, aconselhado e escutado em momentos que precisei de ajuda ou simplesmente ser incluído.

Deixo registrado também meu agradecimento sincero ao Victor Hugo Braga, amigo de longa data de melhores e piores momentos durante toda a trajetória desta graduação que além das dificuldades acadêmicas disputou a minha atenção com os problemas rotineiros da vida e em todas as vezes que precisei ali estava o Victor a disposição assim como toda sua família que sempre me incluiu nas oportunidades que tiveram.

Brevemente agradeço também a Isabelle Melo, que estudou também nesta mesma Faculdade de Educação que tanto me orgulha e cursou pedagogia. Isabelle durante o primeiro semestre de 2019 por vezes recebeu mensagens minhas com perguntas sobre endereços, sobre como acessar plataformas e até mesmo sobre como imprimir textos na copiadora. Apesar de nunca conseguirmos nos encontrar pessoalmente, sempre foi muito solícita e muito disposta a me ajudar. Deixo aqui o agradecimento a minha madrinha de curso e toda a minha torcida pela sua história.

Ainda em 2019 eu tive a minha primeira experiência na educação infantil (no Centro de Educação Infantil 01 do Paranoá) e ela me fez ter certeza absoluta do que eu queria e deveria buscar com a docência. Estar na companhia das crianças me fez deixar um pouco o lado pouco emotivo e durão para trás e transformou e transforma cada vez mais o Alex em ser humano, que precisa escutar com atenção, precisa abraçar, as vezes se emocionar e acreditar que a vida sempre continua apesar de qualquer problema que eu possa ter. Por algumas vezes as crianças me tiraram de abismos que creio eu que outro adulto não conseguiria e isso me faz ter cuidado e carinho infinito por elas. Em alguns momentos precisei me afastar das crianças e afirmo com toda certeza que a vida perdeu muito da cor e graça que eu acredito ter.

Na educação infantil sempre lembro de uma pessoa extremamente importante na minha vida escolar, a professora Keli França, que foi a minha professora no quinto ano do ensino fundamental. A professora Keli fez questão de fazer e falar para aquela turma de estudantes do CAIC do Paranoá o tanto que acreditava nos caminhos que cada um ia trilhar. Um dia disse que acreditava nos nossos sonhos e que no futuro gostaria de encontrar todos bem. Anos depois, mais precisamente no último dia de 2020 tive a oportunidade de conversar com ela e contar todos os rumos que a minha vida tomou e como ela era tema de inspiração para mim como pessoa mas também como profissional de educação e sintetizo aqui também a minha

gratidão. Acredito e vejo a minha contribuição também na vida das crianças que passam pela minha vida, cada uma já tem sua história, algumas tristes, o que torna extremamente necessário que estejam cercada de profissionais que mais que bons docentes se tornem também abrigos para cada um assim como vi tantos professores meus e principalmente a professora Keli, por isso me inspira tanto.

São 5 anos de muitas batalhas, de tentar conciliar trabalho e pesquisa no dia a dia, de ficar sem tomar café e almoçar muitos dias para conseguir cumprir com as demandas da formação, de trocar o descanso por noites acordados para conseguir viver o dia de apresentar ao mundo essa pesquisa que tratei com tanto carinho e se tornou a coisa mais importante que eu já desenvolvi na pedagogia até o presente momento. Durante esses 5 anos de graduação, passei por momentos turbulentos, mas também vivi muitos momentos de glória. Pude conhecer e frequentar lugares que a minha própria família jamais pode entrar, pude me vestir com roupas que sempre quis, tive acesso a cultura, pude ir em shows de grandes ídolos, cuidar da saúde e mais que tudo isso, não passei fome em nenhum dia. Lembro aqui das glórias porque elas não são advindas pelo meu esforço somente e sim porque agora eu tenho uma profissão, um emprego, respeito, voz e sonho. Mano Brown, um ídolo e professor de vida, costuma dizer que quando conseguem tirar os nossos sonhos conseguem também tirar a vida, e com a Universidade de Brasília aconteceu o inverso, os sonhos que foram plantados como sementes ainda em 2018 se tornam aos poucos árvores. Em um momento não muito distante pretendo voltar à Universidade de Brasília e à Faculdade de Educação para me dedicar se possível ao mestrado e ao doutorado, e um dia a docência dentro da FE. Não me sinto conformado até aqui, quero mais e busco mais, mas o primeiro e mais importante passo foi dado com a minha graduação, e esse trabalho final sintetiza toda a minha esperança na vida e no meu sonho. Todas as pessoas citadas aqui são de extrema importância na minha jornada (até mesmo as que não tenho mais contato), todas ajudaram e salvaram uma pessoa que durante tanto tempo só tinha uma chance para resolver tanta coisa e viu todas suas tentativas se tornarem positivas mesmo com qualquer problema ou dificuldade, e isso ocorreu e ocorre por todos que passaram e permanecem na minha vida, por todos que tornam a Universidade de Brasília real e viva e por todos que se dedicam à ciência e a esse país. Esse texto é mais que um memorial, é um agradecimento, ao que eu fiz com a minha vida e com os meus problemas que foram transformados como poder em potência, mas a todos

que estão ao meu lado ou se fizeram presentes em algum momento desta história até aqui. Faço questão de agradecer a cultura periférica que por meio do hip hop, do funk e do samba me ajudaram também a permanecer e a perceber na vida a importância de viver e aproveitar os momentos, a importância de sonhar e realizar os sonhos e principalmente a importância de tentar diariamente ser uma pessoa melhor. Agradeço então em forma de apresentar a importância da cultura na minha história Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown) e Leandro Roque de Oliveira (Emicida) que mesmo de forma onipresente estiveram ao meu lado com suas poesias.

Finalizo então com um trecho da música A Cada Vento, composta por Emicida e Rael e que carrego tatuada na própria pele. Carinhosamente escolhi outro trecho do que tatuei no meu corpo, mas não é menos importante:

Outra vez, a esperança na mochila eu ponho
Quanto tempo a gente ainda tem pra realizar o nosso
sonho?
Não posso me perder não
Vários trocou sorriso por “din”, hoje tão vagando nas
multidão
Sem rosto, na boca o gosto da frustração
Tô disposto a trazer a cor dessa ilustração
No meu posto, dedico o tempo por fração
Pra no fim não levar comigo interrogação

Introdução

O trabalho docente encontra inúmeros desafios no Brasil, como os problemas estruturais da educação pública, as desvalorizações desse trabalho e a precarização profissional já estão marcados na história nacional. Assim, o trabalho docente no Brasil encontra novos desafios a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, porque o profissional de educação passou a ter responsabilidades que não são da docência - seu campo de formação -, acarretando assim uma desprofissionalização desse docente. Esse é um aspecto que aflige os professores, mesmo nos dias atuais, e isso ficou mais explícito durante o período das aulas remotas que aconteceu durante a pandemia de COVID-19.

Com uma maior demanda do trabalho docente e da escola, se tornou necessária uma discussão mais ampla dos caminhos privados que o ensino escolar pode vir a ter sobretudo no século XXI. Essa privatização não diz respeito somente ao pagamento de um serviço, mas também é sobre a responsabilização de maneira descontrolada da escola e principalmente dos professores, o que além de ser perigoso também se torna uma pressão para esses profissionais, que já estão desempenhando muitas outras funções dentro dos espaços educativos para além da docência.

Essa questão da privatização não acontece somente no campo educacional, mas também em outras áreas da sociedade; entender as maneiras como o capitalismo se organiza na sociedade contemporânea é importante para uma maior compreensão da precarização profissional. Aqui, em específico, pensaremos o sucateamento a partir das experiências de trabalho docente.

Temos um processo de precarização do trabalho docente a partir das plataformas de ensino que se tornou mais perceptível com o ensino remoto e as diferentes realidades educacionais presentes no Brasil durante o período pandêmico da COVID-19. Isso, porque o uso abusivo e sem controle de plataformas digitais de comunicação para alcançar os fins relativos ao ensino atingiu o profissional da educação ao criar os novos modos de controle e cobrança para o trabalhador, que por muitas vezes, foi confundido com uma máquina, tendo em vista a busca por resultados e métricas de desempenho de suas atividades profissionais.

Ao final desta monografia serão expostos os dados coletados na pesquisa realizada via *Google Forms* que foi respondida por 19 profissionais de educação do

Distrito Federal que trabalharam durante o período remoto de ensino e estavam atuando nos contextos do ensino público, de organizações privadas, bem como do ensino superior público. Esses profissionais através das suas respostas na pesquisa esclareceram um olhar exploratório para as questões, que serão tratadas ao longo desse trabalho de conclusão de curso, como: a falta de apoio e organização por parte do Estado, a cobrança e desprofissionalização por parte dos contratantes e das empresas e os impactos desse modelo de trabalho (remoto) no desenvolvimento dos seus trabalhos, na vida pessoal, na organização do tempo e na saúde mental desses docentes.

1. A identidade do trabalhador docente no Brasil após a Lei 9.394/96

Para compreender o processo de precarização do profissional da educação, é preciso entender que esse processo não surgiu há pouco tempo. A identidade do trabalho docente ou a falta de identidade docente foram construídas ao longo da história, e no caso do ensino escolar contemporâneo no Brasil, temos na promulgação da Lei 9.394/96 que versa sobre as Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB) um impacto decisivo para a construção de uma identidade profissional. Em seu artigo 3º, a LDB dispõe sobre os princípios que devem orientar a educação do país. Entre eles, se destacam os parágrafos que tratam da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, valorização do profissional de educação escolar e as garantias do direito à educação e da aprendizagem ao longo da vida.

A referida lei foi um marco importante para construção da escola no Brasil, sobretudo a escola pública, porém, com ela foi instituída mesmo que informalmente uma nova identidade do profissional de educação, criando então um novo perfil do professor. A discussão dessa identidade é ampla, entretanto, aqui neste texto, será discutida inicialmente a construção da identidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Para Oliveira (2010), após a LDB de 1996, o professor subjetivamente ganhou novas subprofissões - mesmo que sem formação para desempenhá-las - como enfermeiro, psicólogo e assistente social, acarretando assim uma identidade um tanto confusa que levou ao quadro de desprofissionalização e precarização do seu trabalho, já que o mesmo cotidianamente precisa se submeter aos trabalhos e funções além do papel de docente. Oliveira (2010) diz então que:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências para as quais não se sente preparado. Muitas vezes os trabalhadores docentes são obrigados a desempenharem funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (OLIVEIRA, 2010, p.24)

Para ampliarmos a discussão a partir da citação acima, podemos observar que a própria formação docente corrobora para a precarização do trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases diz em seu art 64º que a formação de profissionais de educação básica para administração, planejamento, supervisão escolar e orientação educacional será feita nos cursos de graduação ou em pós-graduação. Então, os profissionais de pedagogia possuem habilitação para lecionar aulas, fazer supervisão pedagógica e gestão dos recursos de organização da escola, sendo necessária somente uma formação complementar pedagógica ou a própria formação nos cursos de licenciatura, não sendo obrigatória a formação de gestor.

Logo, se compararmos, por exemplo, com a atuação de um médico, a sociedade jamais aceitaria que um profissional habilitado para otorrinolaringologista assuma o papel de um neurocirurgião em uma complicada cirurgia cerebral. Por que então ao longo de décadas: Compreende-se que a formação do docente básico habilita-o para desenvolver várias funções na escola? A resposta desta pergunta nos ajuda a compreender o porquê é exigido e responsabilizado o profissional de educação para que possua uma sólida formação continuada, desde a implementação da LDB. E esse problema ficou mais acentuado a partir da pandemia de Covid-19, que assombrou o mundo todo e levou a reclusão das pessoas para o bem da saúde pública, mas que, do ponto de vista de uma análise crítica, também abriu precedentes para a imposição de um projeto baseado no uso de tecnologias, atribuindo à escola uma dependência total dessas tecnologias e afetou a vida do profissional de educação impondo uma necessidade formativa imediata para lidar com essas plataformas e suas novas formas de trabalho e atuação.

É importante sempre lembrar a magnitude da LDB, mas não podemos esquecer os pontos que contribuíram por muito tempo para esse sentimento de desprofissionalização do profissional de educação para assim entendermos como a lógica capitalista está se apropriando cada vez mais do ensino atual. Por exemplo, um profissional que cotidianamente se depara com situações - que fogem de sua

formação específica - acumula várias funções no seu espaço de trabalho e por isso a chance de alcançar um excelente desempenho na sua atividade fim (docência) diminui consideravelmente. Obviamente é necessário pensar que o trabalho docente não deve acontecer de maneira robotizada, mas sim de maneira atenciosa com o discente que muitas vezes precisa de atenção até mesmo afetiva. Mas é imprescindível lembrar que a escola necessita de profissionais capacitados para atender demandas específicas, como os profissionais da Psicologia que são extremamente importantes para o desenvolvimento do estudante e para o trabalho do profissional de educação.

É possível pensar na falta de identidade de um profissional que precisa administrar suas subprofissões partindo de outro ponto, em *A neurose de classe* (1999) Vincent de Gaulejac utiliza o conceito de *habitus* de Bourdieu para destacar o caráter dinâmico da identidade. Pierre Bourdieu define *habitus* como parte da identidade do indivíduo, sendo adquiridos de forma consciente ou inconsciente ao longo da socialização. Na educação, por vezes, os professores são colocados em uma dinâmica de socialização que os fazem entender a sua identidade profissional como uma vocação por afeto ou por dom.

Sabemos que o dom se transforma em uma lógica que tenta desmoralizar o profissional que exerce seu trabalho, nesse caso, o professor. Mas pode-se entender o *habitus* de outra maneira, os profissionais de uma rede escolar defasada acabam precisando exercer papéis de outros profissionais que não estão em ambiente escolar e pelo próprio *habitus* considera normal exercer papéis que deveriam pertencer a outros profissionais.

Para Gaulejac (1999):

Quando fala de incorporação da história, Bourdieu quer dizer que o trabalho de inculcação e de internalização faz com que o *habitus* seja parte integrante do indivíduo. Esse processo é, em grande parte, inconsciente na medida em que as condições sociais de produção de *habitus* estão ocultadas, negadas, esquecidas: os *habitus* incorporados são percebidos como sendo da ordem da natureza (é "natural"), do inato, espécie de um "dom do céu", desprendido de sua origem concreta. Esse sistema de disposições se inscreve no corpo e no psiquismo, nas maneiras de falar, de se deslocar, de andar, de se comportar... e caracteriza o conjunto de atitudes e condutas do indivíduo. (Gaulejac, 1999, p 32)

Por fim, é possível notar que os profissionais de educação são levados a participar de uma reprodução dos modos de agir e gerir a docência, acarretando em

um acúmulo de tarefas que não estão presentes em sua formação ou mesmo inseridos no seu trabalho. Por tantas vezes o professor, por exemplo, precisa se colocar na posição de psicólogo dentro das instituições em que trabalha: essa situação, por sua vez, não acontece de forma acordada ou explícita, mas de forma induzida por processos de trabalho e acaba de forma concomitante levando ao esvaziamento da profissão de professor.

1.1. A privatização do ensino

Além de analisarmos a construção da educação no Brasil, olhando a partir da LDB de 1996, podemos observar que essa construção também é um reflexo da reformulação dos sistemas de ensino no mundo. As reformas tinham como objetivo baratear o ensino público na lógica economicista do neoliberalismo. Assim, ao sistema de ensino liberal caberia a formação de trabalhadores alienados para o mundo do trabalho capitalista, já que a acumulação de capital depende cada vez mais da formação de mão de obra alinhada à inovação do sistema de ensino, responsabilizando assim cada vez mais o Estado por uma correlação com o sistema financeiro vigente.

Dessa forma, as reformas da educação advindas com o neoliberalismo e o acúmulo de capital, interferem diretamente na valorização profissional, que é deixada em segundo plano já que ganha mais importância a garantia econômica e a geração de lucros a partir da escola. Por outro lado, espera-se também que os gastos com a formação de cada discente se torne cada vez menor na divisão financeira estatal porque se acredita que a educação é um gasto a curto e longo prazo e não um investimento. Esse tipo de pensamento foi absorvido pelo Estado Brasileiro, como exemplo disso devemos lembrar-nos da PEC 241 de 2016 que congelou os investimentos em saúde, educação e assistência social equiparando temas tão importantes a meros gastos do Estado.

Nesse sentido, há por trás das reformas educacionais via PEC 241 de 2016 é o sucateamento do atendimento público no Brasil. O discurso neoliberal não associava o Estado ao cumprimento de obrigações constitucionais, como o atendimento de serviços públicos de importância e demarcava a prevalência da razão econômica sobre a razão social. A ideia por trás disso é fazer o cidadão

acreditar que o investimento dele não é tão importante assim para formação escolar, sobretudo no Brasil que dispõe de um orçamento bilionário, porém é importante lembrar as condições territoriais e populacionais de um dos maiores países do mundo, que tem uma gigantesca população.

Logo, a forma de organização atual do neoliberalismo desempenha o papel central na nova subjetividade que perpassa a sociedade, pois é a partir desta maneira de organizar a vida coletiva pautada em parâmetros empresariais, que o cidadão passa a acreditar e defender a ideologia dominante. A ideologia neoliberal responsabiliza o sentido de convencimento dos sujeitos de que os direitos fundamentais devem se tornar custos privados e a formação educacional adentra nessa lógica de privatização da vida. O discurso neoliberal tenciona a escola e a formação humana.

De acordo com Christian Laval (2019) :

A escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados que serão no futuro garantidos pela sociedade. (LAVAL, C. 2019, p 17)

Então, além de um problema quanto a qualidade do ensino escolar gratuito brasileiro, que é assegurado pela Constituição Federal de 1988, as incessantes reformas impostas por uma lógica de austeridade do Estado criam um outro problema, a responsabilização individual que cada um deve ter com a educação de si mesmo ou dos filhos. A tentativa é de que cada vez mais o indivíduo acredite que a organização estatal não deve se responsabilizar pelo fomento da educação de qualidade e gratuita, e o mesmo deva ser - por conta própria - o grande mentor e gestor da educação pessoal, ou seja, a ideologia neoliberal se transforma em uma prática individualista, de acordo com Laval (2019).

Mostra-se necessário observar o que diz a LDB de 1996 e a prática cotidiana de gerenciamento do investimento na educação. Em seu artigo 69º a Lei afirma que a União não poderá ceder menos que 18% a educação de toda sua receita fiscal anual, enquanto estados e municípios deverão aplicar 25% de toda sua receita. Entretanto, os cortes no orçamento educacional se fazem cada vez mais presentes e usados por gestores, por exemplo: somente em 2022, o Ministério da Educação sofreu um corte orçamentário de R\$ 739,9 milhões comparado com o orçamento

aprovado no ano anterior². Isso ocorreu após o grave problema orçamentário oriundo da aprovação da PEC 241 de 2016, que já colocava pontos delicados na relação entre gestão e educação, culminando em um contexto de dificuldade de acesso à educação pública de qualidade e uma formação precarizada para os que já faziam parte do sistema de ensino.

Na prática, os conflitos pela formação docente de acordo com os padrões do mercado transformaram a educação em um objeto de disputa que está intrínseco ao acúmulo de capital, sendo também uma forma de exercer o controle das classes dominantes, do ponto de vista das possibilidades de transformação social por meio da educação. Assim, a formação acadêmica e profissional estariam condicionadas ao lucro que cada estudante e futuro trabalhador pode gerar e por isso o acesso à uma educação de qualidade se tornaria cada vez mais difícil para as classes com menor poder aquisitivo (que é justamente quem depende mais da organização pública). Um exemplo de como o acesso à educação de qualidade no modo privado pode gerar disparidade na sociedade foi publicado pelo IBGE³ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em dezembro de 2018 e mostrou que 79,2% dos discentes da rede privada de ensino têm chance de ingressarem na universidade pública, enquanto a chance média dos estudantes da rede pública era de 35,9%, ou menos da metade. Isso gera também um processo de comparação entre as famílias, as escolas e a sociedade de modo geral que está sempre a acreditar que o ensino público não é suficiente ou confiável.

A partir da desconfiança gerada por uma meta capitalista de precarização escolar da educação oferecida pelo Estado, as empresas atribuem valor de venda à educação e esse valor também está ligado às reformas propostas para a educação. Por exemplo, em agosto de 2021 estavam na bolsa de valores 6 empresas (Cogna, Yduqs, Ser Educacional, Ânima, Cruzeiro do Sul Educacional e Bahema Educação)

² MORALES, JULIANA. Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento 2022 Leia maio em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022/>. Guia do estudante, [S. l.], p. -, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022/>. Acesso em: 13 out. 2023.

³ VALOR ONLINE (Brasil). Estudante de escola paga tem o dobro da chance de entrar na faculdade, aponta estudo do IBGE. **G1**, [S. l.], p. -, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/05/estudante-de-escola-paga-tem-o-dobro-da-chance-de-entrar-na-faculdade-aponta-estudo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2023

que tratam diretamente do ramo da educação, desde a formação básica até a formação superior. Juntas essas 6 empresas acumulavam em 2021 mais de R\$ 29,9 bilhões em valor de mercado⁴ deixando óbvio que a venda da educação e do ensino é um negócio rentável e apoiado na acumulação de capital e não necessariamente na qualidade do ensino oferecido.

Dessa forma, é preciso olhar com cuidado para a venda do ensino e a relação entre empresa e Estado na gestão educacional do Brasil, principalmente, se essa relação de negócios ocorre no cenário de disputa do ensino digital. A Secretaria do Estado de São Paulo, por exemplo, é chefiada por Renato Feder, ex-CEO e acionista da empresa de tecnologia Multilaser, essa empresa em 2022 tinha com o governo de São Paulo 3 contratos vigentes na Seduc-SP⁵ para fornecimento de tecnologias para uso de estudantes e profissionais de educação, esses contratos se somados ultrapassam 20% da verba (quase R\$ 200 milhões) de R\$ 988 milhões da Secretaria destinados a compra de tecnologias. Os contratos foram fechados em dezembro de 2022 na gestão de Rodrigo Garcia, mas Feder já havia sido anunciado para chefiar a pasta a partir do dia primeiro de janeiro de 2023. É importante refletirmos a disputa entre qualidade, capitalismo e Estado, sobretudo quando todas essas responsabilidades estejam ligadas ao mesmo gestor.

De acordo com o entendimento de Laval (2010), a escola está passando por um processo de desintegração com a introdução de mecanismos de mercado na aprendizagem, que se insinuam na vida cotidiana e nas perspectivas familiares, escolares e culturais do mundo neoliberal. Este processo acontece de forma sutil e por intermédio da cultura e dos agentes políticos que organizam o ensino. Isso explica porque a escola cada vez mais segue a lógica mercantil de atendimento da comunidade. Professor e comunidade escolar passam a ser compreendidas por uma lógica de prestador de serviços e clientela, logo, a educação entra numa dinâmica de venda e compra, esvaziando toda uma luta para que a educação seja integrada e democrática, bem como haja uma participação da comunidade dentro da escola de

⁴ BOZZA, Stéfano. Empresas listadas na bolsa: setor de educação. MAIS RETORNO, [S. l.], p. -, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://maisretorno.com/porta1/empresas-listadas-na-bolsa-setor-de-educacao>. Acesso em: 13 out. 2023.

⁵ FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). Empresa ligada a secretário de Educação firmou três novos contratos com o governo Tarcísio. Folha de São Paulo, [S. l.], p. -, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/empresa-ligada-a-secretario-de-educacao-firmou-tre-s-novos-contratos-com-o-governo-tarcisio.shtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

forma efetiva e orgânica. Dentro desta análise, o referido processo é reflexo também do modo como está sendo estruturada a relação entre escola e tecnologia.

Para entendermos a ligação entre escola e tecnologia é necessário, então, pensarmos que o uso quase que desenfreado das plataformas está sendo criado diariamente dentro da rede de ensino. Por exemplo, quando educadores salientam que as telas (tecnologias) são um importante equipamento de intermediação entre a aprendizagem e o discente, ou mesmo quando acreditamos - enquanto docentes -, que a introdução da tecnologia no espaço escolar transforma todo o processo de escolarização e organização das aulas ou documentos em um processo mais fácil e ágil por si só. É necessário então discutir e pensar sobre a relação entre escolarização e mercantilização do ensino e dos meios que são usados para alcançar os fins esperados da aprendizagem. Logo, aceitar que a introdução dos meios tecnológicos na educação são simplesmente benfeitorias do Estado ou da escola privada é também esquecer que nem todo mundo tem acesso à educação privada, equipamentos de qualidade, plataformas ou aplicativos, portanto é um problema para pensarmos a educação de forma mais inclusiva.

Além disso, é necessário cuidado com a relação entre o ensino, a venda e a compra, uma vez que apesar de uma boa educação refletir nas contas de um país, a educação não pode ser mera moeda de troca entre o capital privado empresarial e o Estado. Entendemos que a educação por si só não tem nenhuma necessidade ou obrigação em gerar lucros financeiros, ao contrário, cabe à educação a formação humana, integral, que perpassa uma questão cultural do país e não a acumulação de capital por parte das empresas - apesar da vinculação entre ensino e preparação para o trabalho. Não é justificável, do ponto de vista de uma pedagogia crítica, que toda a rede de ensino se torne um modelo de portfólio de negócio para ser oferecido às empresas ou mesmo para que essas simplesmente instalem suas máquinas na escola livremente sem um debate de toda a sociedade para isso. Sabemos que a tecnologia se tornou sinônimo de qualidade no imaginário da população, entretanto, podemos perceber que em muitas vezes é uma simples relação entre venda e consumo quando olhamos para a implementação dessa “teia” tecnológica dentro da rede de ensino.

2. A uberização do trabalho

A imposição de uma lógica de privatização do ensino e a transformação da identidade docente no neoliberalismo contribui para pensarmos uma nova forma de organização do trabalho do professor. O tema aqui é a uberização do trabalho docente a partir das plataformas do ensino e das novas formas de organização do trabalho difundidas no capitalismo, que afetam a vida dos trabalhadores em escala global e estão sendo investigadas sob a perspectiva da precarização do trabalho. O trabalhador da educação não escapa a tal situação, uma vez que, o mercado financeiro adentra ao ambiente escolar e impõe uma nova morfologia para o trabalho docente, assim as vidas dos trabalhadores da educação estão marcadas por uma precarização do trabalho ancorada sob as dinâmicas do trabalho digital de plataforma.

Para Antunes (2020):

a uberização é o processo que busca individualizar e invisibilizar o trabalho tornando-o somente prestação de serviços, obliterando então as relações entre assalariamento e exploração da mão de obra. Esse processo explica as relações de trabalho construídas com o advento da tecnologia e dos novos meios de comunicação como aplicativos. (ANTUNES, R. 2020)

Dessa forma, o uso de plataformas para fins de trabalho acaba por criar uma nova relação entre o trabalhador e o empregado. Esta nova organização busca uma diminuição de gastos com a remuneração adequada da mão de obra e o aumento da produtividade. Além disso, com essa nova organização das relações, o trabalhador é induzido a acreditar que ele, por conta própria, se tornou o empregado e empregador, possui controle sobre o capital da empresa e da própria jornada de trabalho e participa de forma ativa na divisão dos lucros. Temos, aqui, a construção de uma nova subjetividade que ronda também os aspectos da linguagem, o trabalhador é induzido a se autodefinir como “colaborador”, “empreendedor” ou “parceiro”, sendo que essa forma de definição e a individualização corroboram para um caminho que visa à falta de pertencimento do trabalhador em sua própria classe (operária) e se isso acontece temos um enfraquecimento das classes sindicais voltadas para a defesa ampla de direitos trabalhistas.

Nessa conjuntura, a plataformização do trabalho se tornou um braço de valor agregado para a conquista de cargos e clientes. Muitas vezes é por meio das redes sociais que o trabalhador oferece o seu serviço ou a sua mão de obra com anúncios

e impulsionamentos feitos nas redes sociais através dos chamados marketplace, não sendo necessária mais de forma obrigatória a contratação de uma agência de publicidade para tal serviço. Tal lógica muda a concepção de negócio e de venda de produtos ou de mão de obra do trabalhador, além disso surgem outros debates como a pressão que sofrem os profissionais recém-formados nas áreas de atendimento direto como, por exemplo, o psicólogo ou mesmo o profissional de educação. Criou-se no mundo globalizado a partir da internet a necessidade de ser visto, analisado e aprovado por outras pessoas e isso conseqüentemente afeta as profissões e a forma como está será exercida, atribuindo valor as profissões já estabelecidas, mas que agora - mais do que nunca - precisam se adequar ao modelo digital para acessar clientes, fechar contratos e formar vínculos.

Por outro lado, foram criadas plataformas de vendas de serviços e mão de obra, como é o caso das empresas *Uber* e *Ifood*. Empresas como essas surgem com a prerrogativa de colocar o trabalhador como gerente do seu próprio tempo de trabalho, lucro e meios de transporte, eximindo-se das responsabilidades de garantir direitos trabalhistas para quem integra a plataforma: mesmo tendo parte significativa nos lucros de quem trabalha. Nas cidades é cada vez mais comum percebermos entregadores de aplicativos se locomovendo em motos, bicicletas e patinetes, por exemplos, e isso ocorre por conta das mudanças geradas a partir dessas plataformas na sociedade de modo geral e, principalmente, após a pandemia com a justificativa do maior esforço do trabalhador para salvar a economia.

Segundo dados de 2023 da própria plataforma de delivery *Ifood* através de uma pesquisa realizada pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e planejamento) e pela Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) apontaram que o Brasil conta com mais de 385 mil entregadores cadastrados na plataforma e mais de 1,27 milhão de motoristas de aplicativos de transporte de passageiros. De acordo com dados, a pesquisa apontou que dos entregadores: 97% são homens, 67% são autodeclarados pardos ou negros e de todos os trabalhadores apenas 1% usa moto terceirizada. Além de revelar problemas de desigualdade racial e social, a pesquisa mostra também que o aplicativo não é responsável por oferecer o meio de trabalho (veículo) e nem por garantir a manutenção dos mesmos. Todos esses trabalhadores não têm direitos básicos respeitados e pagos pela plataforma como FGTS, auxílio alimentação ou custos de transporte sendo pagos pela empresa, não tem direito ao atestado médico, não recebem descanso remunerado e, além disso, sequer são

reconhecidos como trabalhadores formais, pois não possuem contrato de trabalho ou vínculo empregatício vigente. Os dados mencionados acima são exemplos da problemática de somente uma dessas empresas titulares dos aplicativos, que buscam pagar cada vez menos pela força de trabalho e representam novas formas de existência da nova indústria.

Essa não é uma realidade distante da educação e do trabalho docente, ao contrário, se torna cada vez mais comum, que as empresas de recrutamento e venda de aulas, por exemplo, paguem um valor cada vez menor ao profissional de educação usando a lógica do neoliberalismo e da garantia de lucros cada vez maiores. É importante ressaltar que o marketplace está presente na venda dos serviços dos profissionais de educação, esse tipo de plataforma obtém lucro vendendo os anúncios de quem pretende oferecer seus serviços o que coloca o docente na necessidade de aportar valores financeiros para alcançar uma possível quantidade maior de discentes que comprem seus serviços. Esse é um exemplo de como a uberização do trabalho interfere em outras áreas da sociedade e não somente na prestação de serviços de transporte e entregas. Além disso, com o advento da pandemia de COVID-19 e as atualizações do mercado de trabalho na modalidade remota, os docentes passaram a organizar seu trabalho em diferentes plataformas de comunicação - todas elas ligadas à internet - mesmo que sem apoio para custeio e formação para utilização dessas ferramentas.

Outro exemplo da uberização de serviços na educação é a contratação temporária de professores que deveria ser usada em situações emergenciais, mas se tornou regra de contratação desses profissionais. Esse tipo de contratação tende a garantir poucos direitos trabalhistas para o docente e não responsabiliza de forma completa o Estado, pois esses professores não têm a mesma segurança que os profissionais já concursados. Um exemplo de como esse mecanismo de contratação se tornou regra está na Secretaria de Educação do Distrito Federal, que segundo dados da própria SEEDF em 2023 contavam com 14 mil professores temporários dos 22 mil professores atuantes, ou seja, 65% dos professores da rede pública de ensino.

Entretanto, com novos problemas surgem novas lutas e pautas trabalhistas. No dia 1º de julho de 2020 no Brasil aconteceu a primeira manifestação de trabalhadores de plataformas digitais, o chamado “breque dos apps”, esses trabalhadores carregavam novas pautas de discussão que não estavam presentes

nos debates sindicais como: aumento do valor recebido por quilômetro rodado; o aumento mínimo pago por cada entrega; fim dos bloqueios indevidos (o que comprova a falta de direito trabalhista, já que podem ocorrer bloqueios de qualquer maneira em qualquer cadastro); e auxílio pandemia (para compra de EPIs). Estamos, então, cada vez mais ligados às plataformas e à digitalização relacionadas ao consumo de coisas, inclusive de serviços essenciais.

Para Antunes (2020):

com a indústria 4.0 teremos uma nova fase da hegemonia informacional-digital sob comando do capital financeiro, na qual celulares, tablets, smartphones e assemelhados cada vez mais se converteram em importantes instrumentos de controle, supervisão e comando nesta nova etapa da ciberindústria do século XXI. (ANTUNES, R. 2020)

Temos outro ponto de reflexão, qual sejam os aparelhos eletrônicos se tornaram equipamentos importantes para o desenvolvimento do trabalho que agora além de cada vez mais digitalizado carrega subjetivamente a ideia de que muitos trabalhos podem ser feitos de qualquer lugar e a qualquer hora, sendo mais “prático”. O que não percebemos é que essas novas relações de trabalho também se tornam novas formas de controle do empregado sob a ótica de quem é empregador - agora, o controle de horário de entrada e saída das empresas pode ser controlado digitalmente, assim como o que foi desenvolvido durante essas horas trabalhadas.

É importante observar quais são as novas formas de desenvolvimento do trabalho porque isso muda as formas atribuídas à venda da força, o comportamento dos trabalhadores diante do mercado (Como eles se comportam?) e as maneiras como o próprio mercado vai agir na relação entre empregado e patrão. Se existir mudança nas relações de trabalho, elas também afetam e afetarão o trabalho do profissional de educação e foi possível notar grande mudança (sem atribuição de qualidade) neste campo de trabalho com a pandemia de Covid-19.

2.1 O ensino brasileiro durante a pandemia de COVID-19

Após as reflexões advindas da nova morfologia do capitalismo (Antunes, 2020) e fortalecidas após 2020, podemos observar e discutir de maneira mais ampla

o que aconteceu na escola com essa nova maneira de organização do trabalho e os impactos disso na vida do docente. Percebe-se um processo de *uberização* do trabalho docente nos moldes da precarização e fragilidade desse trabalho. Algumas mudanças nas relações de trabalho foram sentidas em larga escala com a pandemia da Covid que assombrou o planeta em 2020. O primeiro *lockdown* contra a doença foi registrado em 23 de janeiro de 2020 em Wuhan, na China, porém não se tinha noção, ainda, do tamanho do problema que o planeta todo passaria nos meses seguintes para controlar o surgimento de uma nova forma de contaminação viral. A onda de *lockdown* pelo mundo se espalhou para fins de proteção da população (ou pelo menos deveria ser). Inclusive, a pandemia também escancarou vários problemas de desigualdades sociais no mundo e um desses problemas pode ser visto inicialmente com a separação dos grupos prioritários que deveriam ser isolados.

Exemplos como o da cidade de Wuhan não foram seguidos à risca no qual partiram do princípio de que deveriam isolar o máximo de pessoas possíveis. Um dos países que não seguiram todas as regras de isolamento durante a pandemia foi o Brasil. Entretanto, chama atenção uma atitude geral dos estados brasileiros e do Distrito Federal, que foi justamente o fechamento das escolas, mas sem o uso ou criação de um plano emergencial imediato para buscar soluções que afetassem menos a vida dos estudantes. A escola brasileira e as universidades foram os primeiros lugares a serem fechados pelo poder público devido o alto número de circulação de pessoas - este trabalho não busca de maneira alguma indicar que esta atitude foi errada -, mas é necessário pensar sobre os impactos (que poderiam ser menores) nas vidas dos estudantes e dos professores; e como isso corroborou para a precarização do trabalho do docente mesmo após o fim oficial do estado pandêmico mundial.

A primeira capital a entrar em *lockdown* no Brasil foi São Luís⁶ (Maranhão) e com baixa adesão da população local segundo dados da In Loco que usou o sistema de geolocalização de 60 milhões de aparelhos celulares do país para medir o nível de adesão ao isolamento. O estudo da empresa mostrou uma adesão de 55,4% dos moradores da cidade no primeiro dia e, conseqüentemente, esse número foi

⁶ BARIFOUSE, Rafael. Coronavírus: primeira capital do Brasil em lockdown tem ruas lotadas e trânsito intenso. BBC News Brasil, [S. l.], p. -, 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52497230>. Acesso em: 20 out. 2023.

diminuindo ao longo dos dias seguintes. Uma das causas para esse problema é o alto índice de empregos informais na cidade que impossibilitou que muitos trabalhadores ficassem em casa. A cidade de São Luís está sendo apresentada aqui para exemplificar o modo como um problema que aconteceu no Brasil inteiro, onde os trabalhadores não podiam parar e seus filhos não tinham um lugar para ficar em segurança tendo em vista que a escola no Brasil também cumpre função social de proteção das crianças.

As instituições de educação brasileira fazem parte de um seleto grupo de instituições no mundo que permaneceram fechadas durante um longo período na pandemia. Esse é um exemplo que foi apontado na pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 (questionário aplicado pelo Inep durante o Censo Escolar de 2021)⁷ e que apontou uma média de 287 dias de fechamento das escolas no país somente em 2020 e 99,3% não abriram mais suas portas naquele mesmo ano. Com o fechamento da rede de ensino, a educação precisou ser reestruturada para garantir o acesso aos estudantes e as plataformas digitais e os meios tecnológicos se tornaram práticas pedagógicas.

No entanto, vale lembrar que já existia um interesse do Estado brasileiro em inserir nas escolas os modelos de aprendizagem, que englobam o acesso a tecnologia, o que não necessariamente tem ligação com plataformização. Vale mencionar os programas para implementação de laboratórios de informática para acesso aos novos conhecimentos tecnológicos surgiram após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que visavam formação e atualização dos saberes para compor o processo de aprendizagem de quem se tornaria o novo trabalhador, mas que não foram desenvolvidos e aplicados pedagogicamente perante a perspectiva de necessidade ou obrigação de uma aprendizagem ligados a tecnologia e o uso dela.

Um desses planos foi criado após a promulgação da LDB. Em 1997 pela portaria de nº 522/97, o MEC lançou o Programa ProInfo (Programa Nacional de Informática na Educação) voltado para a disseminação de tecnologias de informática e comunicação relacionadas ao processo pedagógico das escolas públicas estaduais e municipais do país; e para participar do programa, ainda vigente, cada escola precisa estar no segmento da educação fundamental e/ou ensino médio,

⁷ PESQUISA Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/pesquisas-suplementares/pesquisa-resposta-educacional-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 17 out. 2023.

além de demonstrar interesse no programa através de um cadastro realizado no site do MEC, tendo na seleção das escolas a adoção de um parâmetro de escolha baseado no censo escolar.

Um programa com a magnitude do ProInfo que visava a construção de laboratórios de informática de norte a sul do país necessitava de um projeto muito mais detalhado do que o proposto inicialmente. A propósito devemos observar que o Brasil - de modo geral e sobretudo o Ministério da Educação - pouco demonstrou interesse em estabelecer os parâmetros da educação tecnológica nas escolas do país, um exemplo, a criação das normas da educação digital só foram feitas em 11 de janeiro de 2023 (após a pandemia de Covid-19).

O que aconteceu com a educação durante a pandemia não demonstrou um avanço pedagógico tecnológico - mesmo após anos de implementação de programas como o ProInfo -, ao contrário, só enfatizou a falta de preparo e planejamento da rede de ensino. Se educação e tecnologia fossem pensados de fato no Brasil com a chegada da internet e o acompanhamento do poder público sobre toda a gama de informações que estavam perpassando o sistema escolar a chance do capital empresarial tomar conta dos fins educativos da maneira como vem tomando seria muito menor.

Em virtude desse contexto, o ensino remoto se tornou uma realidade para milhões de estudantes da rede pública e privada, bem como se tornou uma nova modalidade de trabalho para o professor. Os dados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia realizada pelo INEP mostram que mais de 2,6 mil escolas públicas do país em 2020 suspenderam as atividades por conta da falta de estrutura escolar e dos lares que não permitiam nem mesmo o ensino de modo remoto. Das 2,6 mil unidades de ensino, 88,4% são instituições do norte e nordeste, que totalizam 2,3 mil escolas somente dessas duas regiões não tiveram aulas em 2020 de forma remota mesmo após a suspensão das aulas presenciais. E os problemas para seguir com o calendário escolar mesmo no remoto (que já prejudicaria e muito os estudantes) são causados pela falta de tecnologia (aparelhos celulares, tablets e computadores) necessária para acesso às plataformas, tal qual a falta de acesso à internet. Nesse segundo ponto que diz respeito a falta de internet, a mesma pesquisa do INEP aponta que apenas 15,9% da rede estadual subsidiou acesso gratuito e de casa para os discentes em 2020 e se observarmos a rede municipal esse número cai drasticamente para 2,2% de acessos subsidiados pelo poder

público. Essa pesquisa mostrou, que no país no ano de 2020: 29,9 mil escolas não tinham computadores e novamente 80,5% dessas instituições estão localizadas no norte e nordeste, logo, esses dados apontam para uma disparidade das regiões norte e nordeste escancara a diferença de tratamento e investimento na educação brasileira de região para região.

Assim, os problemas enfrentados durante a pandemia relacionados ao acesso dos estudantes ao ambiente das salas de aulas virtuais demonstraram na prática não só a falta de preparo institucional para o problema ou a desigualdade, como também, uma total dependência atual dos sistemas tecnológicos para acesso as plataformas; o que Antunes (2020) define como escravidão digital que não é somente das problemáticas relações entre tempo e trabalho, mas também da dependência construída, enquanto sociedade para solução dos problemas por intermédio desses meios tecnológicos.

A falta de um plano inicial para o sistema educacional acabou potencializando os resultados em outra questão, a evasão escolar. Antes do início da pandemia segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2020⁸, o Brasil tinha uma população de 1,3 milhão de crianças e adolescentes com idade escolar que não estavam matriculados ou tinham abandonado a escola; esse número obteve um aumento de aproximadamente 4 milhões de pessoas durante a pandemia o que aproxima o número de pessoas que saíram do ensino regular em 5 milhões de discentes. Somente entre a faixa etária de 15 a 17 anos, o Brasil tinha em 2020, 1,3 milhão de jovens fora da escola e em 2021 esse número já era de 1,9 milhão de estudantes, logo, esses números mostram como a escola se tornou menos atrativa e saudável não somente para os professores, mas também para os alunos na pandemia.

Os impactos também foram sentidos na educação superior do país, sobretudo para quem cursava sua graduação ou pós-graduação de forma presencial em 2020. Um exemplo do choque de realidade foi no dia 11 de março de 2020, quando o governo do Distrito Federal emitiu um decreto que suspendia as aulas da rede de ensino do DF (incluindo universidades públicas e privadas) por 5 dias numa tentativa

⁸ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota técnica, dezembro de 2020. NOTA TÉCNICA: TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR, [S. l.], 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 14 out. 2023.

de barrar o avanço da contaminação pelo vírus da COVID-19. O decreto por sua vez não seria cumprido pela Universidade de Brasília que classificou o decreto como precipitado⁹. As aulas só foram suspensas após reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o que não mudou o pensamento da reitoria de que a atitude era precipitada, tal qual, as aulas na UnB naquele semestre se iniciaram no dia 09 de março, foram suspensas no dia 12 de março de 2020 e ficaram suspensas por mais de 5 meses - já que só foram retomadas de forma remota no dia 17 de agosto daquele mesmo ano.

A experiência da Universidade de Brasília mostrou não ser possível plataformizar a educação sem um plano que atendesse toda a comunidade e deixou claro que isso não pode ser feito do dia para a noite. Tal quais as dificuldades durante a volta as aulas de forma remota na Universidade de Brasília foram sentidas pelo administrativo, os alunos e professores¹⁰. Assim, em um país extremamente desigual como o Brasil, a imposição de um regime educacional remoto mostrou - na prática - os prejuízos escolares para a população desfavorecida economicamente, em especial, o aumento da evasão escolar.

2.2 A desregulamentação de plataformas virtuais no ensino brasileiro a partir da pandemia de COVID-19 e os impactos no trabalho docente

Devemos pensar quais foram as influências diretas geradas na escola a partir da pandemia do vírus COVID-19, fazendo uma análise partindo do ano de 2020. Com o início da pandemia, as escolas se viram diante do dilema da impossibilidade de manter relações de contato com o público-alvo, os estudantes. Em pouco tempo, as escolas do país foram fechadas e iniciou-se um processo que tentava fundir educação escolar e tecnologias de comunicação. Esse tipo de processo aconteceu em várias frentes e perduram até a atualidade (2023) com a promessa de acesso de

⁹ SAID, Flávia. APÓS IGNORAR DECRETO DE GOVERNADOR, UNB VOLTA ATRÁS E SUSPENDE AS AULAS. Congresso em foco, [S. l.], p. -, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/unb-ignora-decreto-de-governador-e-mantem-calendario-academico/>. Acesso em: 24 out. 2023.

¹⁰ SALOMÃO, Mateus. Retomada remota da UnB gera discussão sobre aulas ao vivo ou gravadas. Correio Brasiliense, [S. l.], p. -, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/eu-estudante/ensino-superior/2020/08/4869451-retomada-remota-da-unb-gera-discussao-sobre-aulas-ao-vivo-ou-gravadas.html>. Acesso em: 17 out. 2023

maneira fácil e rápida às plataformas de comunicação, aplicativos de jogos e o uso desenfreado dos sistemas de inteligência artificial, logo, foram processos que enfraqueceram o valor atribuído ao ensino de forma presencial e aumentaram as tratativas entre Estado e empresas capitalistas imersos em sistemas de acumulação capital cada vez maior, porém são pensados exatamente para serem como são, uma interseção entre capital e Estado.

Para Laval (2019):

as reformas impostas à educação serão cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. (LAVAL, C. 2010, p 37)

Destarte, é possível compreender que as atualizações sobre o modo de ensinar que são cobradas das instituições educativas são pensadas e desenvolvidas através do capitalismo e que buscam responder às questões sobre como formar trabalhadores cada vez mais inseridos no mundo digital ou que consigam desempenhar suas funções de forma instrumentalizada e individualizada. Em nenhum outro momento, a sociedade - de modo geral - discutiu tanto sobre o acesso às plataformas, o acesso a internet, *home office*, teletrabalho e EAD (ensino e aprendizagem a distância), ou seja, tivemos uma abertura e uma maior atenção para esse debate de forma tão vertiginosa como foi no período pandêmico.

É verdade que o mundo passou por uma fase complexa a partir de 2020 por conta dos problemas decorrentes da COVID-19, e isso afetou também as redes de ensino e os processos de aprendizagem, posto que as escolas foram obrigadas a repensar suas formas de comunicação e com o fechamento dos estabelecimentos de ensino do país, os educadores se viram na obrigação/responsabilidade de garantir inicialmente por conta própria a definição do que seria a educação digital, que ocuparia o lugar da educação escolarizante.

Nesse cenário, o Ministério da Educação lançou no dia 17 de março de 2020 a portaria nº 343/20, essa foi a primeira portaria tratando das aulas ministradas a distância, porém a mesma não tratou - em momento algum - sobre as diretrizes para essa medida excepcional, somente libera a forma de ensino a partir do uso das tecnologias de comunicação de forma remota. Até aquele momento, os docentes

não tinham acesso a uma diretriz específica para seguir no ensino a distância ou de forma híbrida, pois a portaria 343/20 do MEC deixava a escolha livre para cada instituição (escola ou universidade), tornando comum que cada professor escolhesse de forma individual as plataformas que iria usar para garantir as suas aulas e cumprisse seu tempo de trabalho. A necessidade criada entre os seres humanos e a tecnologia com os aparelhos eletrônicos tomou assim conta de vez do ensino escolar e conseqüentemente também das instituições de ensino.

Essa nova necessidade criada em torno do ensino escolar brasileiro nos faz refletir sobre como a escola pode ser flexível de acordo com o que espera e define o mercado. Essa situação fortalece a relação de subversão entre o ensino e o capital e coloca a aprendizagem - literalmente: somente como espaço de formação de novos trabalhadores -, esvaziando também a relação humana com o conhecimento. Para Laval (2010):

As transformações da organização do trabalho, em partes reais e em partes idealizadas no discurso oficial, explicam em grande medida o tipo de manutenção escolar que as forças econômicas e políticas dominantes exigem. A referência ideal da escola passou a ser o “trabalhador flexível”, de acordo com os cânones da nova representação da gestão. O empregador não espera mais dos assalariados uma obediência passiva as instruções precisas: ele quer que o assalariado utilize as novas tecnologias, compreendam melhor o sistema de produção ou comercialização no qual sua função está inserida, deseja que ele seja capaz de enfrentar as incertezas e demonstre liberdade, iniciativa e autonomia. (LAVAL, C. 2019, p 39)

A citação acima nos remete ao fato de que o professor - no papel de trabalhador junto a instituição de ensino - precisa e precisou, sobretudo, durante a pandemia ser completamente flexível com seu trabalho e suas funções, gerando também estudantes e futuros trabalhadores imersos nessa lógica de flexibilidade para atender as demandas do mercado. Não podemos enquanto educadores rechaçar o uso da tecnologia nos estabelecimentos de ensino e na educação como um todo, afinal, está em um período que é necessário o domínio das plataformas tão qual o domínio da língua materna, entretanto não deixa de ser necessário o olhar crítico sobre como esta implementação é operacionalizada. E merece uma atenção em especial em relação à segurança profissional já que estamos em um período de fortes reformas no que constitui os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, isso afeta também a carreira docente.

É importante também refletir sobre o uso de sistemas de comunicação para a documentação de processos e avaliações dentro da escola ou das universidades. O uso do diário eletrônico tornou-se uma realidade no ensino brasileiro, assim como os sistemas de SEI para assinatura e conferência de documentos diversos, o que não demonstra aumento é a formação dos profissionais de educação para domínio e uso dessas tecnologias.

Para Antunes (2020), o trabalho será reconfigurado em trabalho morto, ou seja, esse se torna cada vez mais apoiado no trabalho digital estruturando uma nova forma de produção. Com as novas formas de produção do trabalho docente há também uma nova forma de vigilância do trabalhador sendo criada subjetivamente. Eletronicamente pode-se controlar a carga horária de cada docente, as edições de documento e a sua presença nos afazeres da instituição em que ele atua. No entanto, também, deve ser tratada com a devida atenção necessária a criação por meio das plataformas de comunicação do pensamento de que o professor sempre está *online* e disponível a qualquer momento para resolver qualquer problema, já que isso cria em si mesmo a ideia de que o trabalho nunca acaba e nem é passivo de descanso, já que o acúmulo de trabalho acarreta não somente o uso das horas de descanso entre um dia útil e o outro para o trabalho, mas também estimula uma obrigação inexistente de trabalhar durante os finais de semana para resolver afazeres pedagógicos ou para resolver pendências entrelaçadas aos sistemas educacionais (cada vez mais usados no país).

Diante o exposto acima, deve ser questionado: com o aumento da agilidade através dos meios tecnológicos não necessariamente aumenta-se a produtividade e a qualidade da aprendizagem oferecida nem a qualidade de vida do trabalhador, principalmente, se os sistemas são simplesmente impostos juntos com metas, logo, é importante refletir sobre o uso de sistemas de comunicação para a documentação de processos e avaliações dentro da escola ou das universidades.

Vale também mencionar o surgimento de novas problemáticas no que tange o uso de plataformas não só atingiram os sindicatos de entregadores de delivery como já citados nessa pesquisa, atingiram também os profissionais de educação. No Paraná, por exemplo, em abril de 2023 - mais precisamente no dia 30 - houve uma paralisação no uso das plataformas digitais por parte dos profissionais de educação

daquela Secretaria¹¹. O uso obrigatório das plataformas digitais foi instituído por Renato Feder (acionista, ex-CEO da Multilaser, então secretário de educação do Paraná e atual secretário de educação de São Paulo) que defendia a obrigatoriedade do uso dessas plataformas para um maior controle do trabalho docente através de metas. É imprescindível lembrar que os docentes do Paraná usam sete plataformas das mais variadas, por exemplo: para atividades extracurriculares, correção de redações e lançamento de presença dos discentes nas aulas.

A mesma paralisação voltou a ser feita no dia 30 de agosto de 2023 porque não houve debate satisfatório para a classe entre a primeira data de paralisação por conta do uso dessas plataformas. A Associação de Professores do Paraná (APP) e o Instituto de Pesquisa e Opinião (IPO) realizaram uma pesquisa que ouviu 300 profissionais de educação daquele estado e mostrou que para 83% dos educadores a plataformização do ensino não melhorou a aprendizagem dos discentes e que 91,3% dos docentes se sentem sobrecarregados por conta do uso dessas plataformas e do cumprimento de metas. Por outro lado 74,3% das respostas mostram adoecimento físico e mental dos profissionais perante o uso e obrigatoriedade desses novos modos de controle do trabalho do professor, mostrando que esse uso não muda somente as concepções de trabalho do profissional, mas também acarreta em problemas de saúde da classe docente.

Para além de pensar o adoecimento docente a partir da plataformização da educação, é importante também pensar nos cuidados com esse profissional: Quem cuida desse profissional de educação? Os professores no Brasil, como já relatado nesta pesquisa, são historicamente desvalorizados e sofrem com esse processo de desvalorização. E, ainda, não existe um debate amplo com forte implementação de políticas públicas que pensam na saúde mental desses profissionais; e isso deveria ser uma pauta de discussão em virtude dos últimos acontecimentos. Um exemplo de como essa questão é pouco pensado aconteceu já em 2024, pois a lei 14.817/24 que trata da valorização dos profissionais de educação foi sancionada no dia 17 de janeiro, entretanto, - apesar do texto ser um importante instrumento para tratar de questões sensíveis aos docentes -, esse instrumento normativo não trata em

¹¹ PALHARES, Isabela. Professores do Paraná anunciam 'greve de apps' por um dia nas escolas. Folha de São Paulo, [S. l.], p. -, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/professores-do-parana-anunciam-greve-de-apps-por-um-dia-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

momento algum dos cuidados com a saúde mental desses professores. Assim, diante da organização da educação através das plataformas de comunicação, esse adoecimento mental se torna cada vez maior e o exemplo disso é o próprio estado do Paraná como já citado.

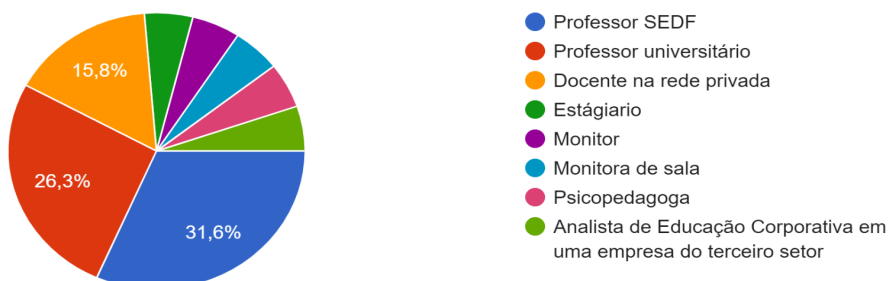
Por fim, convém destacar que o processo de uberização está cada vez mais presente no ensino e aprendizagem e se torna mais comum, onde percebemos a existência de plataformas digitais criadas para a venda da mão de obra docente sendo comumente incentivadas. Assim, como as empresas de locomoção, as novas redes de ensino atribuíram valor financeiro à aprendizagem, criando até mesmo plataformas de recrutamento *online* para os docentes darem suas aulas em grande parte do seu tempo de trabalho, tornando mais fácil a desintegração de direitos trabalhistas e tentando colocar no professor o pensamento subjetivo de que ele está no cargo de gerência do seu tempo de trabalho e, conseqüentemente, dos seus resultados e lucros.

3. A pesquisa

A pesquisa deste trabalho final de curso foi feita através de um questionário *online* criado com a plataforma *Google Forms* e aplicado entre os dias 30 de outubro de 2023 e 12 de novembro de 2023. Destacamos que a identificação foi opcional, entretanto, foi possível através do questionário perceber gênero, cor e os diferentes cargos dos participantes da pesquisa. No total, obtivemos 19 respostas entre professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, da Universidade de Brasília e da rede privada de ensino do DF, estagiários e monitores atuantes nessas instituições, como mostra o gráfico 1. É importante ressaltar que todas as pessoas que responderam o questionário trabalharam no sistema remoto de ensino e no campo da educação, seja em espaços como as salas de referência ou de aula, bem como outros espaços educativos.

Gráfico I

Cargo
19 respostas



3.1. O trabalho docente no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 e seus impactos

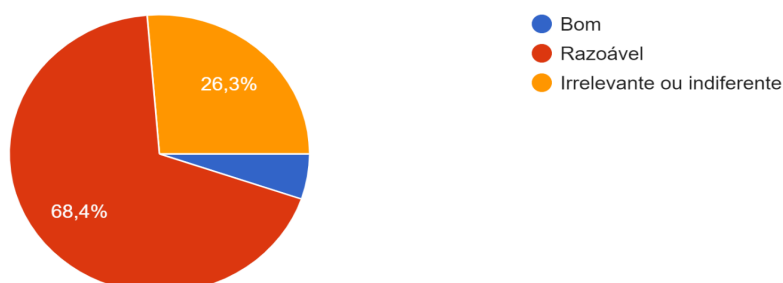
Para tratar do ensino remoto e do trabalho dos profissionais de educação nesse contexto, um período em específico foi escolhido, durante a pandemia da COVID-19. Esse recorte temporal foi escolhido, principalmente, porque os profissionais tiveram um contato e uma experiência com o trabalho remoto como nunca antes visto. Entretanto, se torna necessário questionar a organização estatal e o sistema de ensino privado no que concerne à garantia para um trabalho de qualidade.

O gráfico II trás dados importantes sobre a avaliação de cada profissional que respondeu ao questionário sobre a organização por parte do Estado durante a transição entre ensino de modo presencial e ensino remoto, o que, consequentemente, também impactou a vida dos profissionais de educação.

Gráfico II

1. Como você avalia a organização do Estado (gestão municipal, estadual ou federal) durante a transição entre ensino presencial e ensino remoto?

19 respostas



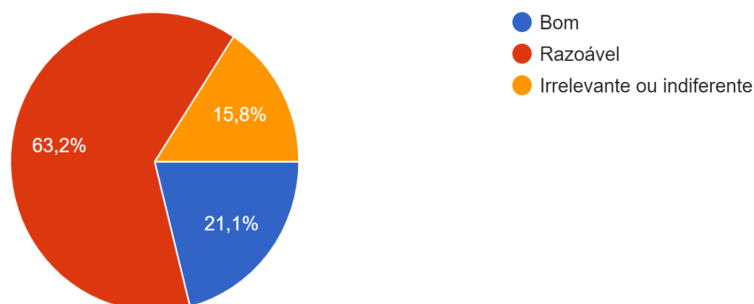
Destacamos o fato de 68,4% das respostas afirmarem que a organização durante a transição dos dois modelos de ensino aconteceu de maneira razoável, enquanto somente 5,3% das respostas foram afirmativas para uma boa organização. É importante ressaltar que toda essa pesquisa trata sobre educação, o que torna preocupante que a transição na visão da grande maioria dos profissionais aqui perguntados considere razoável a organização do Estado durante esse período já que isso impactou diretamente o trabalho e a aprendizagem dos alunos. O que mais chama atenção nessa pergunta é que para 26,3% dos entrevistados a organização do Estado durante o período de transição foi irrelevante, o que demonstra um sentimento de desamparo com os profissionais que estavam entrando em trabalho remoto em grande parte pela primeira vez.

Seguindo essa linha de questionamento, foi perguntada aos profissionais a forma como avaliaram a organização das instituições, na qual trabalhavam remotamente durante o período da pandemia de COVID-19. O gráfico III demonstra que a taxa de avaliação para uma boa organização por parte das escolas e empresas obteve uma avaliação por 21,1% dos profissionais, representando um aumento em relação à organização do Estado. Entretanto, é possível perceber que a diferença entre o nível de uma razoável organização se manteve quase na mesma porcentagem.

Gráfico III

2. Como você considera a organização da instituição de ensino em que trabalha (ou trabalhou durante a pandemia) no período de transição entre ensino presencial e ensino remoto?

19 respostas

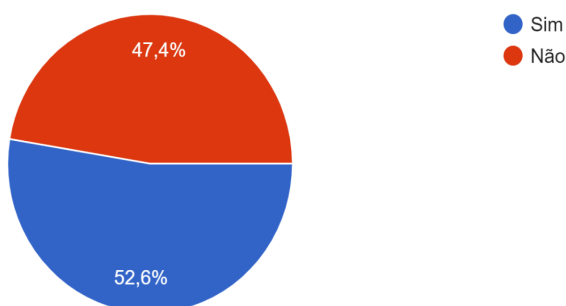


Os questionamentos sobre a organização para a transição do ensino presencial e remoto seguem uma última e importantíssima pergunta, que trata justamente sobre o preparo desses profissionais para lidar com o uso de plataformas digitais e os dados se tornam alarmantes, uma vez que dentro de uma amostra de 19 profissionais, que responderam a pesquisa nove afirmaram que não passaram por nenhum tipo de profissionalização específica para o ensino remoto. Os dados estão presentes no gráfico IV, a seguir:

Gráfico IV

3. Na instituição de ensino que você trabalha (ou trabalhou durante a pandemia) houve alguma capacitação para o uso de plataformas digitais de ensino?

19 respostas



Não se pode tratar com normalidade o fato de que 47,4% dos profissionais aqui entrevistados não tenham passado por nenhum tipo de capacitação. É importante lembrar que esse foi um período extremamente desafiador, pois o ensino brasileiro - de maneira geral - sempre foi organizado de modo presencial tanto para

os discentes quanto para os professores, salvo os cursos de graduação e pós-graduação à distância, o que não absorveu o ensino escolar da obrigatoriedade de ser realizado de modo presencial. Se imaginarmos o ensino infantil sendo desenvolvido de maneira remota para crianças de 4 a 6 anos e que os profissionais não passaram por nenhum meio de capacitação para desempenhar seu trabalho, como se pode ter certeza que essa modalidade de ensino alcançou a mesma qualidade e ofereceu o mesmo nível de experiência às crianças? Em especial, por se tratar de uma etapa educacional que requer máxima atenção.

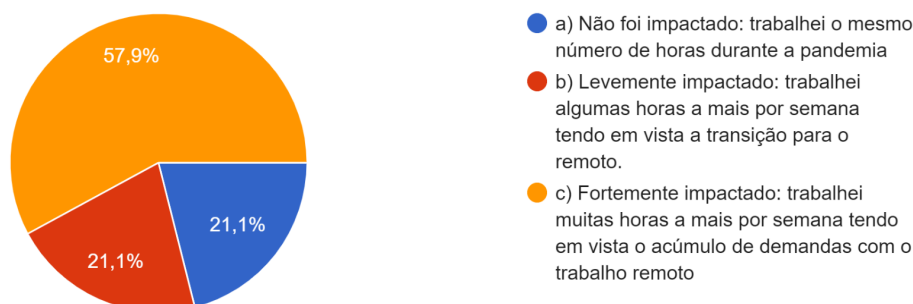
Uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) com mais de 14 mil docentes¹² de todo o país mostrou que o ensino remoto do ano de 2020 na educação infantil se comparado com o ensino presencial de 2019 da mesma etapa afetou consideravelmente o engajamento para a realização das atividades propostas, assim como a ameaça de evasão escolar. Por exemplo, 35% dos professores afirmaram que o engajamento para realização das atividades diminuiu e o risco de evasão aumentou 24,8%. Se considerarmos que o ensino infantil nem mesmo busca aprovação ao final de cada ano, podemos perceber que o risco de evasão não tem relação com notas, mas sim com a forma que o ensino foi organizado.

Ainda, em relação aos impactos diretos na vida dos trabalhadores docentes da educação que responderam a pesquisa, o próximo questionamento tratou sobre os impactos por eles sentidos no trabalho de forma direta, assim como podemos verificar no gráfico V:

¹² FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Educação infantil em tempos de pandemia. Fundação Carlos Chagas, [s. /], p. -, 2021. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-infantil-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 26 out. 2023.

Gráfico V

4. Durante a pandemia de COVID-19, avalie a forma como o seu trabalho docente foi impactado.
19 respostas



Para 57,9% dos 19 profissionais que responderam a pergunta o trabalho foi fortemente impactado e se somados aos 21,1% que tiveram seu trabalho levemente impactado chegamos à percentagem de 79% dos profissionais, que sentiram mudança em seu trabalho e na maneira como este foi desenvolvido. Os índices de impacto, aqui, são referentes ao aumento de horas trabalhadas por semana por conta da nova modalidade de ensino. Quem sentiu o trabalho fortemente impactado (57,9%) afirmou que além de trabalhar por mais horas durante a semana também teve um acúmulo de demandas quando comparado com o ensino presencial.

E para entendermos tal resultado, se mostra necessário refletir sobre a forma como esse ensino foi organizado. O uso de plataformas digitais e o uso de controles do trabalho por meio eletrônico se tornaram regra nas instituições e, ainda, o trabalho não parou somente com o uso dessas plataformas. O uso do whatsapp também se tornou ponto de interação e muitas vezes a plataforma de aulas para professores e alunos. E como já foi discutido nesta monografia, o sentimento de urgência e presença total para atender as questões de trabalho se tornou com o uso dessas plataformas de mensagem e comunicação por texto por vezes obrigação para o atendimento imediato, aumentando o tempo no qual o trabalho foi desenvolvido, justamente, o que aconteceu com esses profissionais durante o ensino remoto na pandemia.

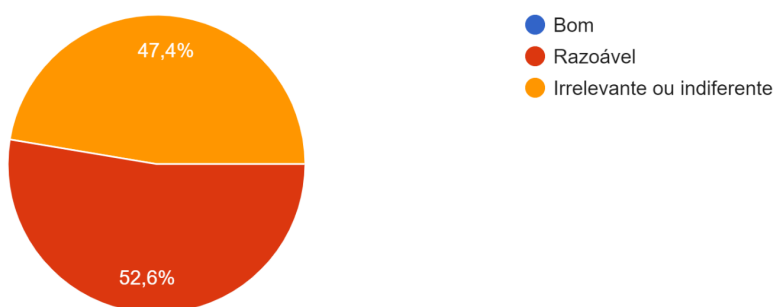
Com relação aos impactos de modo geral, também foi perguntado aos profissionais à maneira como avaliam a preocupação do Estado ou mesmo das empresas com a saúde mental dos profissionais de educação, que atuaram durante

o ensino remoto. Como mostra o gráfico VI, nenhum dos 19 entrevistados avaliaram como bom a preocupação de quem contrata a mão de obra dos docentes, vejamos:

Gráfico VI

6. Como você avalia a preocupação do empregador ou do Estado com a saúde mental do profissional de educação durante a pandemia de COVID-19?

19 respostas



Se entendermos que os profissionais de educação em um dia trabalharam presencialmente de maneira “normal e no outro dia subsequente já precisaram organizar seu trabalho de maneira remota principalmente no DF (cidade que os entrevistados trabalharam durante a pandemia de COVID-19) é de se chamar atenção o fato de que 52,6% das respostas foi razoável para uma preocupação por parte do Estado ou das empresas com relação à saúde mental dos profissionais e chama mais atenção ainda que 47,4% consideram irrelevante ou indiferente a preocupação dos contratantes com a saúde mental do docente. Se levarmos em conta que para nenhum dos profissionais houve sequer uma boa preocupação por parte de quem contratava, podemos perceber que para esses discentes não foi somente a organização do ensino, que ficou em segundo plano, mas também os trabalhadores.

3.2 Raça e gênero

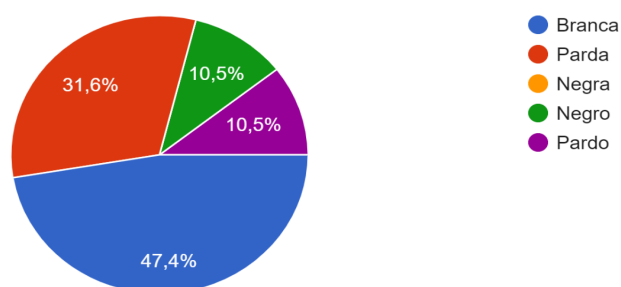
Foi possível observar nos resultados da pesquisa alguns fatores importantes que ajudam a perceber a forma como é tratado o trabalho docente. Gênero e raça se tornaram marcadores importantes, pois a partir disso é possível perceber com mais detalhes quem é o profissional de educação que respondeu o questionário.

Mostra-se importante, em especial, destacamos a questão do gênero, pois a partir das perguntas a essa questão, se mostrou nítida uma grande presença feminina nesses espaços, com seu trabalho que foi amplamente impactado na modalidade remota.

O gráfico VII trás as respostas sobre raça e mostra que 52,6% dos profissionais que responderam ao questionário se autodeclararam pardos ou negros, e por outro lado 47,4% se autodeclararam brancos.

Gráfico VII

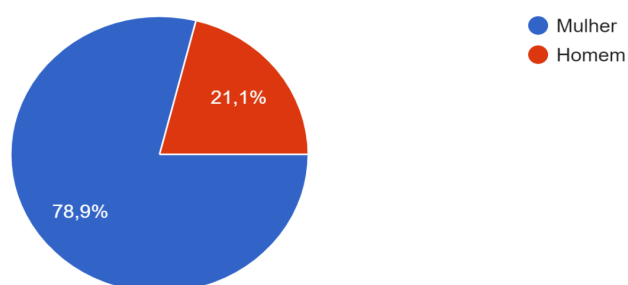
Raça
19 respostas



Além disso, foi possível durante a aplicação do questionário notar que 78,9% dos profissionais que responderam as perguntas são mulheres, assim como mostra o gráfico VIII.

Gráfico VIII

Gênero
19 respostas



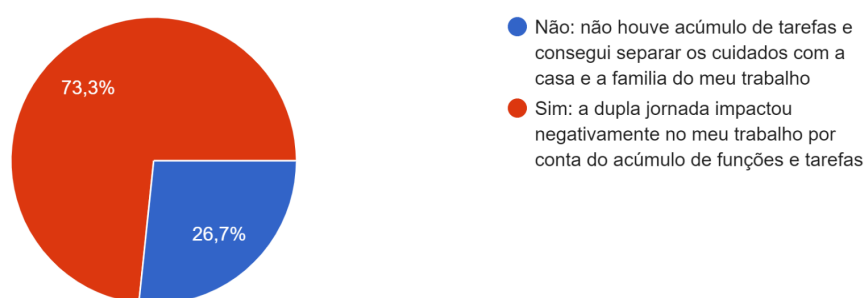
Essa é uma questão fundamental para ser observado, principalmente, delinear uma definição sobre o que é trabalho remoto e como ele impacta no trabalho doméstico e nas horas de descanso de cada profissional. A partir da resposta sobre gênero as mulheres puderam responder a outras questões específicas, que buscavam compreender de maneira mais ampla como o trabalho remoto e doméstico sobrecarrega o trabalho da profissional docente de maneira geral e das mulheres, que além de docentes, são mães.

O gráfico IX mostra dados específicos sobre as respostas das mulheres que participaram da pesquisa deste trabalho final de curso. A pergunta norteadora dessa vez foi sobre de que maneira as responsabilidades do cotidiano ligadas ao trabalho doméstico influenciaram no trabalho das docentes. Nessa etapa do questionário 15 pessoas participaram, o que mostra que a maioria das respostas de todo o questionário foram do público feminino e também que os problemas discutidos a partir da pesquisa impactam suas vidas. É importante salientar que de nenhuma maneira as perguntas buscam ligar de maneira vazia as responsabilidades e afazeres domésticos somente ao público feminino de forma natural, mas sim busca a análise da acumulação de responsabilidades no desenvolvimento do trabalho dessas pessoas.

Gráfico IX

Os afazeres do dia a dia impactaram na qualidade do seu trabalho?

15 respostas



Das 15 respostas 26,7% afirmaram que não houve acúmulo de tarefas sobre os cuidados e responsabilidades da casa e da família, o que totaliza 4 pessoas. Entretanto, é importante analisar que 73,3% das 15 respostas, ou 11 pessoas responderam de forma afirmativa para o acúmulo de tarefas, observando uma dupla

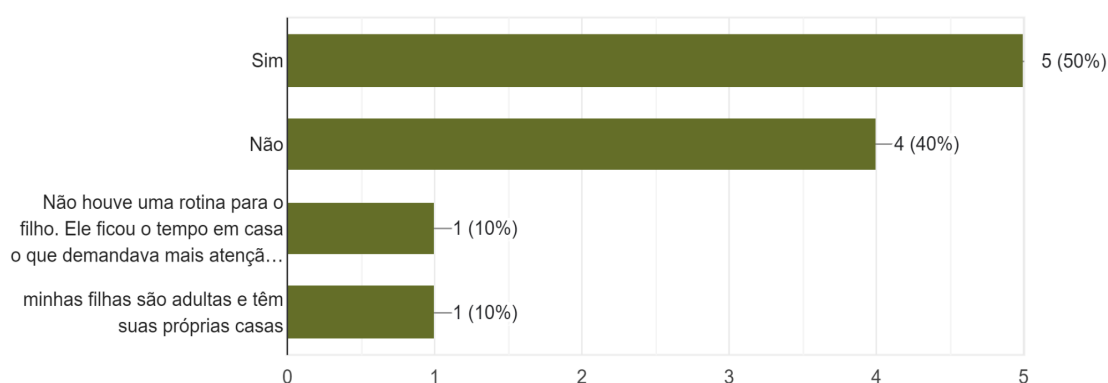
jornada de trabalho que é justamente o trabalho docente e as responsabilidades com a casa e outros afazeres. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), as mulheres representavam, no ano de 2018, 72% de todos os cargos da Secretaria, ocupando cargos dos setores de chefia, administração e docência. Todos os cargos são de extrema importância para a continuidade do trabalho educacional da própria Secretaria e são trabalhos que demandam tempo e uma boa saúde mental. As respostas mostraram que o trabalho docente feminino sofreu fortes impactos a partir do ensino remoto deve nos fazer questionar a qualidade do ensino oferecido, já que as docentes sofreram com um acúmulo de funções no período pandêmico. A qualidade aqui analisada não diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo público feminino, mas sim sobre a forma que essas docentes foram tratadas durante esse período de trabalho completamente atípico.

Além disso, se tornou importante analisar durante a pesquisa como foi a relação das profissionais, que são mães e precisaram passar por esse processo de trabalho e além disso, por vezes ter maior atenção com a educação dos próprios filhos (as) que estavam também em ensino de maneira remota. Para entendermos as respostas o gráfico X traz um recorte de 10 respostas das mulheres que são mães.

Gráfico X

Você enquanto mãe considera que houve um acúmulo de funções com o trabalho remoto? Se sim, por favor justifique sua resposta no campo "outros".

10 respostas



Nessa fase das respostas, foi possível compreender que os dados são importantes, mas eles são mais que dados científicos, são respostas pessoais de docentes afetados e que por vezes não se sentiram amparados por parte do Estado ou por quem os contratou. Com o gráfico X notamos que 5 pessoas responderam que não houve um acúmulo de tarefas ligadas ao trabalho doméstico e as responsabilidades de mãe. No entanto, é importante se atentar as 5 respostas afirmativas para o acúmulo entre as responsabilidades como mãe e o trabalho docente de maneira remota. Em especial, a resposta por extenso, pois a autora afirma que “não houve uma rotina para o filho. Ele ficou o tempo em casa o que demandava mais atenção e mais trabalho doméstico.”

Frisamos que essa pesquisa com toda certeza é um pequeno recorte da realidade brasileira, mas essa pode ter sido a realidade de tantas outras famílias em lares brasileiros. As mães e docentes, por exemplo, não foram amparadas pelo Estado para ter um maior cuidado com a educação dos filhos durante a pandemia. Assim, como já foi discutido neste texto, a escola brasileira é também uma instituição social e simplesmente não tratar com a devida atenção às questões de ocupação das crianças não apaga o problema de que tantas ficaram à margem durante o período do ensino remoto.

Conclusões

A precarização do trabalho docente é uma realidade concreta há muitos anos, no entanto, a uberização da atividade docente e a exploração vistas na sociedade contemporânea necessitam de um olhar aprofundado da pesquisa acadêmica. Este trabalho se orienta para um olhar sobre o problema da precarização do trabalho docente na nova morfologia do neoliberalismo, sobretudo, a partir do impacto das plataformas de ensino. A privatização da educação é sobretudo atrativa para o mercado e cada vez mais abstrata para o discente, colocando o docente no meio de uma disputa regida e controlada por empresas que encaram a educação como uma possibilidade de obtenção de lucros.

Essa pesquisa não busca de nenhuma maneira a condenação do uso de plataformas, que já fazem parte da vida de tantas pessoas diariamente no Brasil e é uma forma facilitadora do contato, da resolução de problemas e acesso à cultura. Entretanto, é questionável o uso de tantas plataformas no trabalho, sobretudo no

trabalho docente que aqui foi o tema principal. Entendemos a educação e a pedagogia de um ponto de vista crítico que considera o papel essencial das relações sociais para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora. A privatização do ensino via plataformização impõe ao ato de educar um fazer solitário e excessivamente individualista para o docente e para os discentes. Pensar uma educação transformadora, nesse sentido, é olhar para um registro de relações educacionais mais solidárias e que cultive os laços de solidariedade.

O trabalho docente não foi precarizado somente durante o ensino remoto causado por conta da pandemia de COVID-19. Torna-se extremamente necessário para os educadores uma maior reflexão a respeito dos caminhos que estão sendo apresentados por parte do Estado e das próprias empresas para a atuação do profissional docente. Aceitar passivamente as reformas que a escola como instituição está passando, - meramente por conta dos avanços tecnológicos -, é extremamente perigoso, porque essas reformas atingem o ensino, mas, sobretudo a maneira como o trabalho se organiza e como o trabalhador deve se organizar para cumprir suas demandas e funções diante desses novos regimes.

Vale aqui ressaltar, ainda, o quão difícil é encontrar pesquisas acadêmicas que tratam sobre a uberização do trabalho docente apesar de fazer parte do campo que já é amplamente discutido, a precarização do trabalho. Nesses termos, este trabalho tentou apresentar um panorama sobre o problema. Esse é um tema atual e suas mudanças são sentidas no curto prazo, como por exemplo, quando olhamos para a questão da saúde mental e do adoecimento dos professores. Somente na Secretaria de Educação de São Paulo em 2023 no primeiro semestre foram concedidos 20.173¹³ afastamentos para profissionais da educação por conta de problemas de saúde ligados à saúde mental dos docentes, o que dá uma média de 112 profissionais solicitando licença diariamente, com certeza um problema grave. Por isso, a importância de um olhar mais atencioso para a questão do trabalho docente contemporâneo.

Além disso, durante o percurso e da coleta de referências para esse trabalho final se tornou extremamente necessário um olhar dedicado para outros temas que

¹³ SINPRO (Distrito Federal). PESQUISA MOSTRA QUE PROFESSORES/AS POSSUEM PREDISPOSIÇÃO AO APARECIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS. SINPRODF, [S. l.], p. -, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-mostra-que-professores-as-possuem-predisposicao-ao-aparecimento-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

são impactados com a plataforma de trabalho, como por exemplo, os desafios para a mulher e para a mãe professora, bem como a questão da dupla jornada de trabalho. É importante notar que o ensino regado por plataformas de comunicação contribui para a individualização da pessoa e não contribui para uma plena formação humana, pois a interação com o próximo é dificultada, já que o ensino remoto tende a ser feito de maneira solitária - tanto para o professor quanto para o aluno -, que precisa estar a frente de uma tela.

É imprescindível pensar sobre educação e tecnologia, já que os meios de comunicação estão presentes diariamente na vida da grande maioria das pessoas. Entretanto, para pensar nesses temas não é obrigatório unir educação, tecnologia e capitalismo. É importante pensar de maneira crítica a forma como a sociedade interage com a tecnologia e, sobretudo, a maneira como o trabalho é pensado na era digital e isso não tem nenhuma relação com a venda do ensino. Não é benéfico que a dependência das telas e da internet mude completamente a forma de organização do ensino para atender as demandas do mercado e da acumulação de capital. É necessário estar atento para o papel e a finalidade da escola e da educação, que, ainda, é formar seres humanos que precisam ser críticos, altruístas e culturais.

Não se pode acreditar que o mercado se abstém dos debates educacionais, esse é um campo que gera muito lucro com a compra e venda de materiais e a prestação de serviços como vimos, por exemplo, na implementação do Novo Ensino Médio e as empresas e empresários envolvidos na reforma e no oferecimento de serviços. Essa é uma disputa bilionária, que está ligada às pessoas mais ricas do Brasil como o empresário Jorge Paulo Lemann, o Instituto Reúna e o Instituto Itaú. Esses agentes fazem parte do sistema capitalista como figuras centrais e não estão debatendo e definindo as reformas que a escola brasileira deve passar simplesmente por benfeitoria, mas porque essa área é extremamente lucrativa.

Assim, se faz necessário compreender que todo trabalhador da educação está sujeito a se submeter às mudanças, que partem de sugestões do mercado e que muitas vezes acontece por intermédio do próprio Estado. A geração e acumulação de capital através da educação deve ser também tema de debate para os educadores, já que a qualidade de vida do trabalhador e a qualidade do ensino oferecido para os discentes se torna tema central perante as novas reformas da escola como instituição geral a partir das necessidades também de quem emprega.

Este trabalho, portanto, se dedicou a uma reflexão sobre a formação da identidade docente, da precarização do trabalho e a imposição da plataforma do ensino. Do conjunto de temas explorados ao longo do texto, sublinhamos as consequências de uma nova organização do trabalho na atividade docente e também nas concepções de educação, processualmente afetadas por uma lógica econômica que adentra os debates escolares e pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo Editorial, 2020.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza Da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape. BR*, v. 17, p. 844-856, 2019.

GAULEJAC, de Vincent. *A neurose de classe. Trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Via Lettera, 2014.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em revista*, p. 17-35, 2010.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Editora Elefante, 2019.

ALERRANDRE BARROS, Alerrandre. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. Agência IBGE Notícias, [S. l.], p. -, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-na-o-tinham-acesso-em-2019>, Acesso em: 10 out. 2023.

BARBOSA, Rafael; RIBEIRO, Weudson. Escolas estão fechadas em todo o Brasil; saiba o que mais pandemia afetou. *Poder 360*, [S. l.], p. -, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/escolas-estao-fechadas-em-todo-o-brasil-sai-ba-o-que-mais-pandemia-afetou/>. Acesso em: 16 out. 2023.

BARIFOUSE, Rafael. Coronavírus: primeira capital do Brasil em lockdown tem ruas lotadas e trânsito intenso. BBC News Brasil, [S. l.], p. -, 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52497230>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BOZZA, Stéfano. Empresas listadas na bolsa: setor de educação. MAIS RETORNO, [S. l.], p. -, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/empresas-listadas-na-bolsa-setor-de-educacao>. Acesso em: 13 out. 2023.

Entenda como a pandemia impactou a Educação no Brasil. -, [s. l.], 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil>. Acesso em: 13 out. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). Empresa ligada a secretário de Educação firmou três novos contratos com o governo Tarcísio. Folha de São Paulo, [S. l.], p. -, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/empresa-ligada-a-secretario-de-educacao-firmou-tres-novos-contratos-com-o-governo-tarcisio.shtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Educação infantil em tempos de pandemia. Fundação Carlos Chagas, [s. l.], p. -, 2021. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-infantil-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 26 out. 2023.

G1 (Brasil). Entregadores de aplicativos fazem manifestações pelo país. G1, [S. l.], p. -, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/01/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacoes-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2023.

IFOOD (Brasil). Pesquisa traça o perfil dos entregadores de aplicativo. IFood News, [S. l.], p. -, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/entregadores/pesquisa-traca-o-perfil-dos-entregadores-de-aplicativo/>. Acesso em: 11 out. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19., [S. l.], 17 mar. 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Nº 522, de 9 de abril de 1997. Criação do ProInfo, [S. /], 9 abr. 1997. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22148. Acesso em: 19 out. 2023.

MORALES, JULIANA. Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento 2022. Leia maio em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022/>. Guia do estudante, [S. /], p. -, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022/>. Acesso em: 13 out. 2023.

PALHARES, Isabela. Professores do Paraná anunciam ‘greve de apps’ por um dia nas escolas. Folha de São Paulo, [S. /], p. -, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/professores-do-parana-anunciam-greve-de-apps-por-um-dia-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

PESQUISA Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19. [S. /], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/pesquisas-suplementares/pesquisa-resposta-educacional-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 17 out. 2023.

SAID, Flávia. APÓS IGNORAR DECRETO DE GOVERNADOR, UNB VOLTA ATRÁS E SUSPENDE AS AULAS. Congresso em foco, [S. /], p. -, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/unb-ignora-decreto-de-governador-e-mantem-calendario-academico/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SALOMÃO, Mateus. Retomada remota da UnB gera discussão sobre aulas ao vivo ou gravadas. Correio Brasiliense, [S. /], p. -, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/eu-estudante/ensino-superior/2020/08/4869451-retomada-remota-da-unb-gera-discussao-sobre-aulas-ao-vivo-ou-gravadas.html>. Acesso em: 17 out. 2023

SINPRO (Distrito Federal). PESQUISA MOSTRA QUE PROFESSORES/AS POSSUEM PREDISPOSIÇÃO AO APARECIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS. SINPRODF, [S. /], p. -, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-mostra-que-professores-as-possuem-predisposi>

[cao-ao-aparecimento-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis/](#). Acesso em: 16 jan. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota técnica, dezembro de 2020. NOTA TÉCNICA: TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR, [S. l.], 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 14 out. 2023.

VALOR ONLINE (Brasil). Estudante de escola paga tem o dobro da chance de entrar na faculdade, aponta estudo do IBGE. G1, [S. l.], p. -, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/05/estudante-de-escola-paga-tem-o-dobro-da-chance-de-entrar-na-faculdade-aponta-estudo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2023.